



CNCD/LGBT

**Conselho Nacional de
Combate à Discriminação
e Promoção dos Direitos de
Lésbicas, Gays, Bissexuais
Travestis e Transexuais**

**42ª REUNIÃO ORDINÁRIA– CONSELHO NACIONAL
DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS
DIREITOS DE LGBT
CNCD/LGBT**

Ata da ordem do dia 19 e 20 de dezembro de 2017.

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD – CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às nove horas e quarenta minutos, teve início a quadragésima segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, na Sede do Ministério dos Direitos Humanos, situada no Setor Comercial Sul – B, Quadra 9, lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º andar. Estiveram presentes os membros do Conselho: Presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, Sr. Washington Luiz Dias – Rede Afro LGBT; Keila Simpson – ANTRA; Jovanna Cardoso da Silva – FONATRANS; Danielle da Silva Santa Brígida Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; Delmiro José Carvalho Freitas – CUT; Luma Nogueira de Andrade – ABEH; Zezinho do Prado – CNTE; Mirla Cisne Álvaro – CFESS; Daniel Costa – FONAJUNE; José Felipe dos Santos – ARTGAY; Émerson Silva Santos – ARTGAY JOVEM; Tathiane Aquino Araújo – REDE TRANS; Mauro Lúcio de Barros – MEC; Adrianna Figueiredo – Ministério do Desenvolvimento Social; Ana Karyna Sobral – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Jéssica Rodrigues – Ministério da Saúde; Marina Reidel – Ministério dos Direitos Humanos (Secretaria Nacional de Cidadania); Maria José Batista dos Santos – Ministério dos Direitos Humanos (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); César Baldi – Secretaria de Governo da Presidência da República; Irina Abigail Teixeira Storni – Ministério dos Direitos Humanos (Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres); Fábio Costa de Souza – Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda . Após a aprovação da Ordem do Dia, o **Presidente Washington Luiz Dias** abre a 42ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT saudando todas Conselheiras e Conselheiro e, em seguida passa a palavra para o Sr. Rafael Rodrigues, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública para que se inicie a discussão sobre a qualificação dos dados de segurança pública para a inclusão da população LGBTI no boletim de ocorrência no sistema de procedimento de polícia judiciária eletrônica. Sr. Rafael se apresenta como coordenador do Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública e Justiça Criminal, Prisional e sobre drogas - Sinesp, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Sinesp é uma ferramenta do Governo Federal que vem buscando um processo de integração e padronização de modelos de entrada de dados junto aos órgãos de segurança pública, tanto na esfera federal quanto na esfera estadual. Como a área de segurança pública, respeitando o pacto federativo, o Governo Federal não tem a autonomia de exigir ou obrigar que os estados adotem o modelo de entrada de informações, o que tem sido feito é a apresentação de modelos das nossas soluções para que os estados possam aderir a esses modelos de forma participativa e que venham contribuir com a evolução dessas soluções. De acordo com a própria lei, a partir de 2012, a lei 12.681 que institui o Sinesp, o Governo Federal tem instrumento legal para que haja o repasse de recursos e a parceria com os estados no desenvolvimento de

soluções de tecnologias. Os estados que tiverem interesse em participar desse processo de integração de soluções ou utilização das nossas soluções tem que adotar o modelo. O diálogo é feito a partir do argumento “Se você contribuir, você terá acesso a informações”. Dentro das soluções do Sinesp existem 18 sistemas. Entre essas 18 soluções do Sinesp, foi desenvolvido os procedimentos policiais eletrônicos, que é o Sinesp PPE. Essa solução inicialmente foi desenvolvida para os Estados que não possuíam boletim de ocorrência eletrônico. Roraima foi o nosso piloto que em Dezembro de 2014 adotou a nossa solução. Ao adotar a nossa solução, o estado adota o modelo empregado. O Sr. Geraldo já teve um contato inicial com a Secretaria de Direitos Humanos, mostrando o trabalho que foi realizado em parceria com a própria Secretaria de Direitos Humanos, na época quando estava vinculada a Presidência da República. Primeiro receio: o não preenchimento da informação por desconhecimento de que aquela informação é importante para a investigação, para a inteligência, até mesmo para propor políticas mais qualificadas. O segundo maior receio é o preenchimento inadequado. Antes não ter uma informação do que ter uma informação enviesada, uma informação que vai me direcionar para algo que não é verdadeiro. São dois pontos críticos que a gente fica em uma situação que não depende apenas do Governo Federal resolver essa questão já que eu estou desenvolvendo uma solução, prevendo o campo, a gente entra em discussões, em debates, identifica a necessidade de coleta de informações, mas só se o estado, o órgão que faz uso não capacitar seu profissional, vai acontecer de você ter informações totalmente erradas. É necessário capacitação adequada para o agente antes de fornecer a possibilidade de coleta de dados de uma determinada informação. Um exemplo interessante, furto vinculado à homofobia, sim, pode acontecer, mas onde eu vou ter essa clareza? Na investigação. Isso lá no inquérito policial, quando você tiver o relatório final do inquérito você vai conseguir ter a clareza da motivação que, muitas vezes, pode ou não estar vinculado. Então será que a motivação deveria estar presente no boletim de ocorrência de fato? Ou é melhor ter a previsão da motivação no relatório final do inquérito? De uma forma geral, a Secretaria de Segurança Pública vai se colocar à disposição para ouvi-los para conseguir identificar quais os momentos adequados para estar fazendo essas inserções, quais ações em paralelo devem ser tratadas antes de qualquer ação, de fornecimento de uma sistema, de um abastecimento de dados, porque de fato política pública principalmente na área de segurança pública não se faz sozinho, não é só papel de polícia. Em uma delegacia qualquer um boletim de ocorrência. A primeira coisa que eu faço é verificar que aquela natureza, aquele fato que está sendo levado para a delegacia é de uma natureza típica. Ou seja: descrita em lei, um fato típico, homicídio, lesão corporal. Ou de uma natureza atípica, abandono do lar, perda de documento, tudo pode ser levado a registro na delegacia. Em relação a tipificação, como eu coloquei agora pouco. Hoje o que o Geraldo está colocando aí, nós temos uma seleção inicial. Se aquela ocorrência é de natureza típica ou atípica. Típica é o que tem previsão legal no código penal. Atípicas elas extrapolam isso muito mais para o cotidiano, são ocorrências muitas vezes que não são criminais,

algumas delas são perda de documentos, abandono de lar, enfim, então primeira seleção é essa. Eu policial identifico se aquela ocorrência é típica ou atípica. Então eu não entro neste caso na motivação. Se aquela lesão corporal for de natureza típica, prevista no código penal, ela foi motivada por LGBTfobia, então precisamos ter uma primeira leitura, uma primeira clareza do que é a motivação e do que é o crime. A gente não pode pensar na natureza criminal LGBTfobia, porque ela é a motivação. O que levou a pessoa a violentar, o que levou a pessoa A, a violentar a pessoa B? Qual foi a motivação? Ele é homofóbico, então esta é a motivação, então qual foi o crime que ele cometeu? Lesão corporal, tentativa de homicídio, homicídio, estupro, enfim, então nós temos que ter uma clareza aqui, neste momento eu estou classificando o tipo de crime. Ainda aqui no PPE, nós não temos a opção de motivação, como foi colocado agora pouco. Um primeiro momento, quando nós iniciamos o PPE, foi tratado junto com os Estados se seria interessante a gente incluir um segundo passo da identificação da motivação e a priori, não foi contemplado aqui. Justamente a leitura que nós fizemos na época foi o que eu coloquei aqui agora pouco. Infelizmente a exemplo do Estado do Mato Grosso, que eles colocaram, a motivação estava vindo totalmente enviesada e eles pegavam uma base de dados que não retratava a realidade de fato e isso gerou alguns desconfortos. Então o que se está colocando aqui é o que é crime, o que é a ocorrência, não é a motivação. Descreve-se o que é o crime quando é iniciado a execução mas não se consume, por circunstância alheia a vontade do agente. Às vezes, se tem uma delegacia que é especializada, mas em determinado momento, a vítima de um crime vai em qualquer delegacia. Então, na delegacia, o agente, o escrivão tem a obrigação de fazer o registro e encaminhar para a delegacia afeto. *“Eu estou registrando aqui mas quem vai seguir com o procedimento é a delegacia X. Ali ele seleciona e encaminha e já cai na caixa da outra delegacia. A partir daí, todo o processo de investigação é na delegacia especializada. Por exemplo, quando eu vou colocar as partes daquele boletim, pelo menos uma vítima, pelo menos um autor, eu seleciono a pessoa física. Todos os dados dessa tela, dessa qualificação da pessoa envolvida, vocês veem que eu tenho várias participações envolvidas, vítima, comunicante, suposto autor, testemunha, o condutor que é o policial geralmente, advogado, defensor, enfim, uma série de pessoas. Vamos então fazer uma qualificação de uma vítima, se ela é conhecida, porque, às vezes, você encontra uma pessoa morta, por exemplo, e ninguém sabe a identidade dele. Então, se eu colocar aqui vítima desconhecida, ele me apaga todos os dados obrigatórios, a não ser que eu coloque desconhecido um, então os outros dados são apagados. No momento do registro de informação dos envolvidos, algo que a gente exercitou muito foi tentar identificar o que é obrigatório, mas, infelizmente, são poucos os campos que a gente consegue definir como obrigatório, porque as ocorrências são diversas, muitas vezes se encontra um corpo carbonizado, e não consegue se identificar sexo, não tem nenhum documento, você não tem informação alguma. É uma vítima, isso é fato, como coletar, como exigir que o sistema tenha o mínimo de informações? Então algo que a gente exercitou demais foi em tentar identificar o que eu consigo*

exigir como obrigatório. O que nós temos feito agora? Algumas situações temos começado a amarrar a natureza, por exemplo, se eu coloco que a natureza é um crime contra o patrimônio, um furto ou um roubo, obrigatoriamente eu tenho que ter um objeto. A ideia é amarrar de acordo com a tipificação quais campos eu defino como obrigatório. Nós tivemos um ótimo trabalho com a SNJ, foi a Secretaria Nacional de Justiça para tentar identificar informações no boletim de ocorrência que deixassem mais evidentes um possível o tráfico de pessoas. Sabe-se que o tráfico de pessoas envolve muitas variáveis, mas existem algumas naturezas que normalmente estão vinculadas ao tráfico de pessoas, então o que nós fizemos em trabalho em conjunto com eles. Logo que você seleciona determinada natureza artigo XPTO, o sistema apresenta um campinho para marcar tráfico de pessoas, tipo um alerta. Pode ser que esteja vinculado ao tráfico de pessoas. Algumas informações, nós não vamos ter a clareza absoluta, mas pode ser trabalhado algo no sistema que direcione a uma possível ocorrência. Talvez, a uma possível motivação LGBTfobia, enfim, pode ser que se consiga identificar se for essa natureza, se essas forem as condições encontradas. Será que fica mais fácil marcar se aparece a opção? Isso ajuda na hora de analisar essas informações, tratar esses dados? Pode ser que sim. Temos que fazer um exercício muito mais detalhado, porque de fato é um universo muito extenso para se conseguir ter clareza no registro de alguma ocorrência. Quando nós formulamos esse quadro de qualificação de vítima, de autor, etc. Nós seguimos as orientações de várias Secretarias, inclusive a SDH, que na época ainda fazia parte do Ministério da Justiça. O Conselho Nacional de Ministério Público, o CNJ, várias pessoas nos deram informações. O que seria o mínimo necessário para constar nessa qualificação. E, uma das coisas que nós já atentamos com a SDH foi o nome social. Na época que nós desenvolvemos esse modelo, foi tudo de acordo com o que a SDH e outros órgãos nos recomendaram, só que de lá para cá houve inúmeras alterações na legislação, nas resoluções, recomendação da ONU, etc. O Brasil ganhou o título de campeão mundial de homicídios de LGBT e então o pessoal do SDH, hoje, a coordenadoria da Marina nos enviou um documento pedindo um monte de alterações. Nós já tínhamos nessa época o nome social, a orientação sexual, nós tínhamos o sexo masculino e feminino, identidade de gênero que é uma coisa bastante recente na época. Nós já tivemos um trabalho inicial de identificar ações que melhor representassem a realidade voltada para o público LGBT dentre essas informações que foram previstas, nós temos a questão do nome social, nós temos identidade de gênero, nós temos sexo, enfim, foi de acordo com a orientação que aconteceu em 2013 para 2014. Nós recebemos a documentação de vocês, a ideia é fazer uma nota técnica explicando para vocês o que é possível fazer de alteração agora. O que dá para complementar e ampliar o rol de coleta de informações. Podemos propor que essa mudança seja feita no momento do procedimento, do inquérito, deixar um pouco mais claro em relação a isso. Nós estamos em um processo de reavaliação das soluções para evoluções e com toda certeza vai ser considerado para a gente evoluir e melhor atendê-los.

Presidente Washington faz uso da palavra: É fundamental que a Diretoria

LGBT encaminhe para o Conselho esse documento para que tenhamos posse, sobretudo de maneira específica para a Câmara Técnica de Enfrentamento a Violência que se debruce mais sobre isso e depois todo o coletivo possa também se apropriar da discussão. **Sra. Vitoriana:** Em nome da Secretaria, eu só queria agradecer aos profissionais da Sinesp. Essa atividade nasceu dentro do Plano Nacional de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos estava em diálogo com o Ministério da Justiça. No âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública é que precisava qualificar os dados porque se precisa saber quem morre, como se morre. Para qualificar os dados seria interessante a aproximação com o boletim de ocorrência, foi, então, que se aproximou da Sinesp. Levantou-se essa demanda da 3ª Conferência Nacional. Essa parceria já está em curso há alguns meses. Esse documento nasceu, fruto também, agradecer da coordenadoria LGBT que trabalhou bastante no documento e, posteriormente, trazer ao Conselho, para validação social e classificação social. Na verdade não é só LGBT, a nossa ideia é qualificar dados Também trabalhamos com população de rua. **Conselheira Tathiane Araújo faz uso da palavra:** Eu queria chamar a atenção para o quadro que se encontra as delegacias do Brasil, não sei vocês sabem que é de difícil acesso. Há dificuldade no acolhimento dessas pessoas na hora de repassar informação, até porque chegam lá com problemas imensos, muitas vezes, por vários motivos, por conta da nossa população ter uma necessidade de sobreviver praticamente no exercício de ser profissional do sexo, um trabalho que, muitas das vezes, é mais natural a noite, mas aonde que eu queria chegar com isso? As delegacias, cada vez mais, vendo nos dados de vocês só vendo a palavra sexo, sexo, sexo, devem estar cada vez mais inviabilizando os casos e principalmente nós pessoas trans que não reportamos a nossa vivência pelo sexo. Usar a palavra gênero para masculino e feminino é muito importante para nós, para aparecer as violações. Quando essas pessoas chegam lá, são atendidas por operadores secos e que necessitam ser práticos pelo tempo e as pessoas escutam “Qual o seu sexo?” As pessoas não são orientadas. Há uma deficiência e isso está refletido nesses dados. Outra questão é que o nome social não precisa vir depois do nome de registro, é uma exposição. Eu acho que ter acesso a essas questões, poder nos basear, poder passar depois de informações e de recomendações mais concretas. Perfeito, ter o cuidado de não deixar o registro nas recomendações, principalmente pela delegacia ser, cada vez mais, um espaço que as pessoas não se sentem muito acolhidas para repassar informações, não se confundir, você olha nos dados e só aparece sexo. Na sua tabela tinha a palavra sexo e nessa tem sexo mais uma vez. Então vamos compreender melhor nesse universo o que remete sexo, a gênero me parece muito mais próximo a realidade, contempla e visibiliza o necessário. **Conselheira Luma Nogueira faz uso da palavra:** Eu sou Profa. Dra. Luma Nogueira, o meu lugar é como docente da Universidade Federal e eu entendo a relevância desse trabalho. Desde já eu parabeno a Mesa pela temática, a vinda dos colegas para apresentar essa temática. Parabenizar a Marina e a colega Victoriana. Eu creio que vocês abordaram muito bem essa questão da nomenclatura, talvez até por uma

orientação anterior realizada pela Diretoria e nós temos que ter clareza que nós temos diferentes conceitos, **nos** necessitamos da identificação do sexo, do gênero, da orientação sexual e da identidade de gênero, que foi isso que você colocou que faltava ser incluído dentro dessa ficha mas que vai, possivelmente, ser colocada e eu parabeno a abertura que está sendo dada para incluir outras possibilidades. Quando se fala que não tem como registrar uma motivação, uma homofobia ou algo dessa natureza, de imediato, porque necessita de uma investigação, me veio uma reflexão e eu gostaria que você logo respondesse porque eu tenho outra questão. Os casos que são identificados como racismo, no ato da chegada, eles são nomeado ou seguem o mesmo rito? No caso da questão que se identifica na Lei Maria da Penha, também se enquadra da mesma forma ou não? Se está alinhado ou não. **Sr. Rafael Rodrigues faz uso da palavra:** Na verdade, o que há tipificação penal está previsto, se existe a tipificação que enquadra o racismo, a injúria racial, eu vou ter a tipificação prevista em lei. Em relação a Maria da Penha, ela não é uma tipificação penal, da mesma forma, eu tenho uma violência, eu tenho uma violência doméstica, uma lesão corporal, uma tentativa de homicídio que se enquadra em um dos artigos da Maria da Penha, então você tem a natureza combinada com o artigo da Maria da Penha, então todas essas previsões legais já estão dentro da solução. **Conselheira Luma Nogueira faz uso da palavra:** Pronto, era exatamente isso que eu queria saber para fazer essa reflexão. Como o racismo é possível de ser identificado no momento, então há uma necessidade também que essa questão da homofobia, da LGBTfobia também seja identificada e se não existe uma lei específica, eu colocaria uma sugestão para vocês que seria a utilização como pesquisadora. Nós trabalhamos muito com hipóteses e eu creio que também a questão da investigação tem suas hipóteses e uma das primeiras hipóteses é a auto hipótese e uma das formas que eu creio que poderia ser criada nessa ficha que é a auto avaliação dessa motivação. Qual é a auto motivação que o indivíduo trás dessa ocorrência? Porque vai ser dito o que a vítima acha que é, não é necessariamente o que de fato aconteceu, entendeu? O que de fato aconteceu pode ser verificado dentro da investigação, mas pelo menos inicialmente ter uma hipótese, a auto hipótese do indivíduo, eu acho que isso tem, que ser considerado e eu coloco como uma contribuição. **Consultor Marcos Freire faz uso da palavra:** O Sinesp já consegue fornecer informações a respeito dessa base de dados que vocês possuem? Em relação ao que a Luma trouxe, no caso do registro de ocorrência, a primeira tipificação, ela é uma tipificação provisória, havendo a investigação e ocorrendo a mudança, tem o registro de aditamento que você muda a tipificação, mas a primeira tipificação sempre é provisória. Complementando, a importância no registro de ocorrência de se ter bastante informação que vai de encontro com o que o Rafael não acha tão importante. Concluindo, a informação no final da investigação, no inquérito, mas os inquéritos que possuem elucidação mostram que são casos que são elucidados porque os Boletins de Ocorrência tinham muitas informações inicialmente, aqueles que já trazem poucas informações no registro de ocorrência são inquéritos que não chegam a ser elucidados. **Sr. Rafael Rodrigues faz uso da palavra:** Eu vou anotar e responder

em bloco, mas só uma observação rapidinha, isso é interessante porque alguns Estados resolveram essa questão da qualidade do Boletim de Ocorrência acabando com essa diferença entre a atividade do escrivão e do agente. Porque hoje o escrivão fica dentro da delegacia e o negócio é acabar com aquele volume de pessoas que estão ali na frente dele. Então, infelizmente, é isso, é a realidade, é um volume de pessoas e eu tenho que acabar no plantão; vou fazer o mais rápido possível. Outra coisa é o investigador. O escrivão faz um serviço ruim e o investigador tem pouca informação e logo se desagua em não investigação ou investigação precária. Alguns estados, como Rio de Janeiro, o escrivão é o agente, o escrivão vai para a rua fazer investigação e o agente registra BO. Logo quando o agente está registrando o BO, ele já está pensando na investigação. Ele vai registrar isso como maior qualidade, porque ele sabe que quando ele for para a rua, ele tem um rol de informações mais qualificadas e quando o escrivão for para a rua, ele sabe que tem que preencher de forma qualificada o BO, porque senão ele vai ser prejudicado na rua, na investigação, então tem algumas ações que não estão nem tanto vinculadas ao sistema mas sim na conduta de como é a atividade policial no seu dia-a-dia. **Conselheira Mirla faz uso da palavra:** A minha preocupação vai no mesmo sentido da fala da Conselheira Luma, na dimensão da importância da notificação da ação. Eu entendi qual é a problemática, sei que realmente é algo complexo, mas para nós, eu diria que é algo indispensável, é muito caro para a dimensão da notificação, conseguir identificar, porque é um dos grandes problemas do enfrentamento a violência LGBTfóbica é exatamente a subnotificação, a invisibilidade dessa violência. Ainda que haja o risco de um preenchimento equivocado, mil vezes que haja esse preenchimento equivocado apontando a existência da LGBTfobia do que a ocultação disso. Eu gostaria de saber se da mesma forma como é feito o procedimento que aponta para o dado de tráfico de pessoas que você se referiu, se não poderia ser incluso no sistema da mesma forma exatamente que há uma indicação da possibilidade de ser LGBTfobia, porque só em existir essa ferramenta já desperta para mostrar que isso existe, para se ter mais atenção sobre isso, então eu gostaria de saber dessa possibilidade. Por fim, uma outra pergunta simples, mas me desculpem a ignorância. Esse sistema de cruzamento de dados que me pareceu muito interessante, como a gente pode acessar? É um sistema público, aberto, ou privado? Porque me pareceu que ele não é, eu até tentei entrar aqui, mas, por exemplo, para nós da Câmara de Violência, inclusive tem também uma consultoria voltada para a construção de um dossiê sobre os dados, seria fundamental a ter acesso ao acompanhamento desses dados que são em tempo real, fazendo inclusive um cruzamento também da dimensão étnico-racial, que também nos interessa. **Sr. Rafael Rodrigues faz uso da palavra:** Em relação à primeira colocação, dado em relação a utilização da palavra sexo dentro da ferramenta foi um primeiro modelo, foi um trabalho realizado em conjunto com alguns estados e outros órgãos da Esplanada. a disposição de quem vem em primeiro e quem vem em segundo isso também foi tratado na época, mas não está engessado. A ideia é que o Sistema nunca esteja pronto porque vai ter que estar

sempre evoluindo, sempre novas discussões vão surgir, legislação, mudanças, a sociedade muda o tempo todo, enfim. São soluções que não estão engessadas, pode-se pensar em um modelo cada vez mais adequado. A hipótese de motivação. Foi como eu coloquei, isso também foi feito um trabalho na época. Nós iniciamos lá em 2012. Contratamos consultores pelo PNUD. Esses três consultores identificaram os Sistemas Estaduais de Registro de Ocorrência, fizeram visitas nos núcleos de estatísticas de análise e foram identificando o que era campo mínimo, o que era campo obrigatório, os resultados das coletas das informações e, depois, em Maio de 2012 nós reunimos com as polícias civil e a militar, com o corpo de bombeiros, apresentamos o trabalho desses consultores e fomos batendo campo a campo. O registro de uma ocorrência na qualificação do envolvido, o nome é importante? Todo mundo considera importante, então é obrigatório, a idade é importante? Se todo mundo concorda, então é obrigatório. Entrou-se no mérito de se entraria ou não a motivação no Boletim de Ocorrência e alguns estados apresentaram as suas experiências no processo de coleta dessas informações e de fato depois daquela discussão, decidiu-se que era melhor não colocar o campo motivação, vamos optar por levar isso para o procedimento, isso na época, foi em 2012. Será que agora nesse momento, no estágio atual dessa solução de como está a capacitação, enfim, será que agora a motivação seria interessante? Ou um campo que, possivelmente, depois da narrativa do fato aponta que aquilo é um crime homofóbico, será que o agente de polícia pode marcar esse campo para dar um destaque nessa ocorrência? Eu entendo a necessidade, nós do Ministério da Justiça também temos essa necessidade, só que na época de fato não se entendeu que era importante incluir no BO. A questão da raça é auto declaração, pode ser pensado dessa forma, enfim, o Sistema está aberto para evoluções. Precariamente, infelizmente, nós já atingimos mais de 350.000 BO, mas se tem informações muito precárias da qualificação dos envolvidos. A solução ficou pronta de fato, a gente começou o trabalho, o desenho de projeto o levantamento de requisito, o desenvolvimento, de fato ficou pronto para implantar nos Estados em Agosto do ano passado, então praticamente fez um ano agora do processo de integração e implantação. Usando o PPE, o nosso sistema, nós temos oito estados, onde os sete estão em processo de expansão e o Acre é o único que já implantou a solução como um todo. Os Estados são Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe, Tocantins, Roraima, Amapá, Acre e Piauí. Nós temos a integração, onde o estado mantém a solução deles e integrando-a a nossa, quando ele registrar esse BO dele lá, esse BO vem para cá. Nesse caso nós não temos a autonomia de exigir que o estado inclua essa motivação. O que nós vamos prever o recebimento dessa informação e induzir, fomentar que o Estado venha evoluir o seu sistema para encaminhar essa informação, que a nossa informação base vai estar pronta para receber. Então é muito mais uma questão de indução para que os Estados evoluam de acordo com a nossa evolução aqui. Então integrados já temos Mato Grosso do Sul, Sergipe, Goiás está entrando em vias agora e Rio Grande do Norte está integrando a base deles, a base antiga está encaminhando para eles não perderam os dados. Os outros Estados todos estão em um processo de integração uns com

passos mais lentos, outros com passos mais rápidos, enfim. Então nós temos um ano de fato de integração, nós temos um volume ainda pequeno, mas a gente já consegue identificar os pontos importantes para a gente estar levantando. Então assim, infelizmente, dados muito precários. O Sinesp não é uma solução de Governo, é uma solução do estado. Para se conseguir informações com integridade requer tempo, requer mudanças, anos de prática. Em relação ao acesso de informações todas as soluções são voltadas para o público da área de segurança pública. Então tem o Sinesp Segurança onde os policiais são cadastrados, lá são validados os cadastros, são vinculados pelas unidades de inteligência para saber se não é alguém se passando por policial. Hoje há limitação até mesmo orçamentária. Afora os gestores dos Ministérios estes dados estão restritas ao Ministério da Justiça e aos representantes estaduais. Outras ferramentas estão em estudo que atendam a necessidade. **Presidente Washington faz uso da palavra:** O CNCD/LGBT reforça a necessidade de que esse diálogo se dê de maneira constante e reforçamos, mais uma vez, a necessidade de que tenhamos em mãos esse documento para que possamos nos debruçar e também contribuir mais e de maneira mais qualificada. Na sequência, o Presidente Washington apresenta a Mesa Diretora para o primeiro mandato de um ano, do biênio 2017 – 2019: Conselheira Tathiane Araújo, Rede Trans Brasil que é Presidenta da Câmara Técnica Permanente de Prevenção, Combate e Monitoramento da Violência contra a População LGBT; a Conselheira Danielle, da ABL, que é presidenta da Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT; o Conselheiro Émerson que é presidente da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas; e a Vice-Presidenta do Conselho, Marina Reidel. **Conselheiro Émerson (ARTGAY JOVEM) faz uso da palavra:** Primeiro agradecer a toda a composição da Câmara de Normas e Legislação que nos elegeu para a condução desse processo nesse próximo ano. Acreditamos que é importante a juventude estar ocupando esse espaço de poder. É a primeira vez que um jovem está na Mesa Diretora do Conselho. O que é muito significativo. Vamos trabalhar com muito diálogo com todos e todas do CNCD/LGBT. Estamos aqui para aprender porque esse espaço é muito importante. **A Vice-Presidente Marina Reidel faz uso da palavra:** quero agradecer aos Conselheiros e às Conselheiras de Governo pela indicação do meu nome e dizer que vamos dar continuidade ao trabalho e ao desafio de todo dia. Agradecer e parabenizar o Conselheiro Washington e dizer que estamos juntos e juntas. **Conselheira Danielle faz uso da palavra:** Também sou a primeira pessoa bissexual a ocupar um espaço na Mesa Diretora e por isso quero agradecer a todas e todos. Dizer que nós estamos sempre à disposição ao diálogo. Esse é o nosso momento de construir, cada vez mais, unidade, principalmente porque o ano que vem é ano eleitoral e nós sabemos o quanto o discurso conservador, os discursos dos pastores avançam sobre a nossa pauta, sobre os nossos aliados, que são candidatos e candidatas, para que eles não façam em suas campanhas nenhuma promessa que os comprometam com as pautas dos nossos direitos. Em 2018, temos uma tarefa muito grande que vai ser o de

enfrentar todo esse ódio que já está na sociedade e que ano que vem vai estar exposto na mídia para todo mundo ouvir, vai estar nas igrejas, vai estar nas ruas, vai estar nas rodoviárias onde os pastores também fazem as suas pregações contra nós. Por isso, nós precisamos estar, cada vez mais, unidos e unidas para que consigamos com que esse Conselho avance dentro da questão das políticas públicas e no Congresso Nacional. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** Queria agradecer a confiança do pessoal da Câmara. Fiquei muito feliz de ser indicada, de ser chamada por diversos parceiros para esta missão. Cada vez mais, precisamos pensar nesse Conselho, na potencialização da pluralidade que temos, como o Conselheiro Êmerson falou da juventude, a bissexualidade aparecendo, um negro. Cada vez mais, pensar realmente de ter nesse espaço a cara dos movimentos sociais; a cara da necessidade da nossa população; o anseio da base com relação a incipiência de política pública para a população LGBT; nossa ainda deficiência de um Congresso Nacional que não respeita a nossa pauta. Esse é o papel desse Conselho e que esse seja o norte do nosso direcionamento político da nossa responsabilidade dentro dele. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Mais uma vez agradecer também ao Conselho, aos Conselheiros e Conselheiras que depositaram, não só em mim, mas nos demais Conselheiros e Conselheiras para dirigir o Conselho, pelo menos, até Dezembro de 2018. Eu acho que e nossa tarefa, sobretudo, é prezar pela nossa unidade, é começarmos a elencar quais os elementos, quais os pontos unificam e através desses pontos, desses elementos que nos unificam a gente tentar construir uma sociedade com está diversidade que hoje está presente na Mesa Diretora. Eu também sou um jovem. E a juventude negra é um outro ponto de extrema relevância. A juventude negra não se pauta pelo que está estabelecido. Entramos na universidade mais tarde, enfrentamos uma série de questões e desafios. Nesse sentido eu conclamo que façamos uma gestão de bastante trabalho, temos muitas tarefas, nós já recebemos os planejamentos das Câmaras Técnicas, temos muitas coisas para fazer e eu acho que só conseguiremos fazer isso se nós estivermos fortes e unificados. Obrigado e vamos continuar o nosso trabalho. O Presidente passa aos informes: **Coordenadora Katia Guimarães faz uso da palavra:** Me foi incumbido na 41ª Reunião Ordinária do Conselho fazer uma consulta a Consultoria Jurídica do Ministério dos Direitos Humanos sobre a não ocupação da vaga do seguimento 3 nas nossas duas assembleias eleitorais. Primeiro eu conversei com a Diretora Marina. Depois, com o Secretário Herbert. Foi elaborada uma Nota Técnica onde foram conjuntamente analisados todos os documentos relativos ao processo eleitoral para o biênio 2017/2019. Fizemos a nota técnica e a sugestão da área técnica pela transferência da vaga. O conselho faria uma Resolução para deixar bem claro que o processo de remanejamento da vaga passaria por votação da Plenária do CNCD/LGBT e, em seguida a publicação da Resolução. No entanto, a posição da Consultoria Jurídica do MDH foi contrária ao remanejamento da vaga, fundamentada por um artigo que tem na lei de Administração Pública 8.666. Pela avaliação da CONJUR, o CNCD/LGBT terá que publicar um terceiro edital e reativar a comissão eleitoral visto que segundo esta lei, a distribuição das vagas foi feita no primeiro edital. E,

é esse edital que está valendo. **Conselheira Ana Karyna faz uso da palavra:** A lei 8.666 não se aplica a esse tipo de edital, ela deve ter confundido com o edital de licitação e isso não é uma licitação. Estamos falando de participação social e não de licitação. Não vamos comprar nada; não vamos adquirir nada. A lei de licitação se aplica para aquisição de coisas, é uma lei de compras, é lei de contratos públicos, lei de contratos de aquisição de alguma coisa, então na minha visão não se aplica. Eu vou dar uma olhada nessas leis e dou um retorno. **Coordenadora Katia Guimarães faz uso da palavra:** Por enquanto nós não temos autorização para fazer a resolução e publicar. De qualquer maneira, teremos dois focos: 1) começar a preparar o edital para não perder tempo; e 2) retomar o diálogo com a CONJUR. **Conselheiro Zezinho faz uso da palavra:** Eu passei uma mensagem no WhatsApp no CNCD para reiterar que o Conselheiro Cássio continua precisando de ajuda financeira. A primeira conta que ele havia publicado era uma conta do banco Itaú e algumas pessoas estavam com problemas com isso e aí eu passei lá na conta do CNCD, ainda que seja só a Sociedade Civil. Ele continua internado e precisando de ajuda financeira porque apesar de estar internado, tem algumas medicações que ele não tem acesso e ele precisa comprar. Já foi muito importante que ele já esteja internado via SUS, automaticamente os exames todos vai se conseguir. Não sei se as pessoas perceberam também que ele se auto excluiu do grupo do CNCD porque ele está realmente precisando. Por favor, quem puder e tiver condições e quiser colaborar, é muito importante, neste momento, a ajuda para o nosso companheiro Cássio que também é da ARTGAY JOVEM. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** O informe que a REDE TRANS traz é a realização dos cinco seminários regionais da nossa Rede. Realizamos na cidade de Porto Alegre; depois, em Belém do Pará, o Workshop Regional Norte; o Workshop Regional Nordeste; o Workshop Regional Sudeste; e, por fim, aqui em Brasília, o Workshop Regional Centro – Oeste. Nesse final de semana encerrou nosso ciclo em Curitiba, sob a coordenação do Trans Grupo Marcela Prado, o Workshop Nacional da Rede Trans. Nós recebemos mais de trinta propostas de temas que discutimos, relevantes para a população de travestis e transexuais e homem trans e esse Conselho receberá um documento com essas demandas, provocando a incidência nas áreas governamentais. **Conselheira Keila faz uso da palavra:** a pedido da nossa Conselheira Suplente, Bruna, do Rio de Janeiro faço o informe: no dia em que a Dilma assinou o Decreto do Nome Social, aqui em Brasília, por conta da Conferência Nacional LGBT, ela já tinha um processo na Marinha. E, acabamos por peticionar, em nome da ANTRA, um ofício pedindo que o nome social dela fosse respeitado e que ela tivesse o direito de usar o nome social dentro daquele espaço. Ela estava na reserva, ela estava afastada da Marinha por conta da identidade de gênero. Eles preferiram afastar por não saber lidar com esse problema dentro da Marinha. A ANTRA peticionou junto ao Ministério da Defesa. Mandamos um ofício naquele período, fizemos diversas intervenções aqui em nível Federal através do Ministério. No Rio de Janeiro através da jurisdição que regia o processo dela e agora foi deferido. Então, ela foi aceita com nome social. É a primeira mulher trans da marinha que está sendo registrada na ativa.

Foi deferido que ela tem que ficar na ativa e tirar ela desse processo pelo qual ela estava afastada. Então ela conseguiu. Esse mérito nosso e abre um precedente para que as pessoas a partir de agora reiviniquem esse direito através de um decreto que nós temos. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Nossa Câmara tem uma resolução das forças armadas paradas que depois poderemos retomar a partir desse precedente. **Conselheira Keila Simpson faz uso da palavra:** A partir desse decreto, poderemos colocar o nome social no CPF, no Título de Eleitor, e agora por último, no certificado de reservista. Então, acho que tudo isso dá acúmulo de sobra para reivindicarmos, cada vez mais, a retificação do nome civil na carteira de identidade, sem precisar desse processo muito demorado. Eu acho legal discutir isso na Câmara, pensar e reverberar essas ações. Obviamente, não tem muitas pessoas trans na Marinha, uma ação para uma pessoa trans que é importante e um ganho muito grande. **Conselheira Luma:** Irei trazer alguns informes do LABI e de algumas conjunturas internas que eu achei viável para esse momento dado que ontem, por uma questão ética, não seria o momento adequado. Eu tenho uma consideração relevante com os meus princípios éticos. Primeiro sobre o LABI. Acho que todo mundo sabe que o Conselho indicou duas pessoas para participarem do LABI: Eu e o Conselheiro Washington. Eu no Ceará e o Washington em Salvador, o evento em Salvador. Na ocasião eu estive presente na atividade, a companheira Keila estava presente, representando o próprio LABI ao qual faz parte e logo no primeiro dia só estava eu representando o Conselho e me chamaram para poder compor a mesa. **Conselheiro Êmerson faz uso da palavra:** Nós estaremos realizando no dia 26, 27 e 28 de Janeiro, em Maceió, o 5º Encontro Nacional de Jovens Gays e Bissexuais no qual vamos eleger a nova diretoria da ARTGAY JOVEM, nossa composição, alterar algumas questões, nosso regimento estatuto, alguns princípios. Os convites chegaram para vocês. Estamos em processo de organização ainda, já temos mais de 70 inscritos, já superamos até a nossa capacidade de inscrição. Se vocês puderem participar ou divulgar nosso evento, ficaremos muito felizes. Vamos passar para o e-mail do Conselho com mais informações, mais detalhes e a programação do encontro que também irá deliberar algumas resoluções. **Presidente Washington faz uso da palavra:** A REDE AFRO LGBT realizou, aqui em Brasília, nos dias 29, 30 de Novembro e 1º de Dezembro a primeira Conferência Livre de Negros e Negras LGBT e pudemos ter um contato melhor com alguns núcleos, ou melhor, com alguns coletivos, aqui de Brasília, sobretudo, AFRO BIXAS. Eles estão concorrendo nacionalmente com um documentário que foi feito com recursos próprios e eu acho que seria uma oportunidade trazê-los ao Conselho. Como nós estamos em vista de participar da 4ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR-, nos debruçamos no eixo quatro da conferência que trata das questões LGBT, encaminharemos, não só para a Secretaria de Igualdade Racial mas também para a Diretoria LGBT as pautas que trabalham a interseccionalidades. **Conselheira Jovanna faz uso da palavra:** O FONATRANS, junto com alguns advogados e alguns assistentes sociais do Brasil afora, acabou de criar um grupo para preparar uma denúncia do Estado Brasileiro

aos mecanismos internacionais. Os assassinatos em si não potencializam a denúncia junto aos organismos, é preciso ter, pelo menos, um fato concreto de protelação de justiça e nós já conseguimos um, graças a Deus, em Manaus, no Amazonas. É o caso de uma trans tenta, há 12 anos, fazer uma retificação de nome e não consegue. Esse será um caso piloto que acompanha todos os demais crimes violentos, dos assassinatos da população LGBT no Brasil. Temos um grupo constituído de vários advogados de São Paulo, da América Latina, dos países da Europa e nós estamos trabalhando para fomentar o processo de denúncia. Primeiro, chamaremos uma audiência pública, para que os organismos internacionais possa pressionar o Governo Brasileiro e, posteriormente, efetivar uma denúncia junto aos organismos internacionais. O outro informe é que a Câmara Municipal do meu Município – Picos - aprovou o projeto de ideologia de gênero. Em um piscar de olhos eles fizeram duas sessões, fez uma e chamou a outra, porque eles estão agindo dessa forma. Preciso que nós tomemos providências. Depois, no relato da Comissão, a Conselheira vai falar, mas é só para informar que nós precisamos tomar muito cuidado. Eles fizeram, eu não sabia, estava em Teresina participando do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais e quando eu cheguei em Picos, já estava aprovado e só teve uma sessão. E, para aprovar tem que ter duas sessões. Eles fizeram uma, encerraram e já fizeram a outra, justamente porque estava todo mundo envolvido com outras questões e não teve tempo de se mobilizarem. O Prefeito diz que primeiro vai ouvir um parecer da procuradoria. O Procurador diz que é ativista dos Direitos Humanos, o parecer é contrário. Mas sabemos que o Prefeito é um padre, e não sabemos se ele vai sancionar ou não. Nós vamos ajuizar, já falamos com o Ministério Público Federal da Procuradoria de Picos, mas é para as pessoas tomarem cuidado, porque isso está pipocando no Brasil afora. Em Municípios com 2.000 habitantes estão aprovando essa lei absurda para discutir uma coisa que não existe. Porque não existe essa disciplina de ideologia de gênero, isso precisa ser punido. Precisamos nos mobilizar para de alguma forma barrar essa onda crescente que está vindo Brasil afora. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** de 5 a 8 de Dezembro, tivemos a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e, pela primeira vez, conseguimos discutir a questão da identidade de gênero e de orientação sexual e o acesso aos direitos sócio assistenciais em uma Conferência Nacional de Assistência Social. O tema foi trazido pelo Conselho Nacional de Assistência Social para o Ministério do Desenvolvimento Social e eu faço uma fala da importância das representações LGBT e outros Conselhos que não sejam o Conselho Nacional LGBT porque assim conseguimos fortalecer a população dentro das políticas sociais, dentro das políticas setoriais. É importantíssimo que tenhamos acento e que possamos trazer as suas discussões para dentro dos espaços. Foi um momento muito rico. A Diretora E Conselheira Marina esteve presente, foi convidada a compor a mesa. Tivemos a Conselheira Tathiane, representando o CNAS, Conselho LGBT, Conselho de Saúde, REDE TRANS. Tivemos também a Ana Carolina que é não binária e coordenadora do CREAS da diversidade do GDF. Pudemos discutir, desde questões mais gerais, trazidas pela

Diretora e Conselheira Marina em torno da política nacional LGBT até questões mais metodológicas, mais voltadas para a prática, técnica e para o atendimento sócio assistências dos equipamentos para a política nacional de assistência social. Considero uma vitória do Conselho Nacional LGBT, do CNAS e considero muito importante que o MDS esteve aberto e tomou essa missão para si. **Vice-Presidente Marina faz uso da palavra:** Eu trouxe alguns números para vocês entenderem um pouco do que a Diretoria faz ou já fez em termos de número. Em geral, participamos de 87 eventos em 2017, sendo que 9 fornecemos algum tipo de apoio logístico ou algum financiamento; quatro foram autofinanciados; 23 deles, as entidades que nos convidaram apoiaram nossa participação. Participamos de 101 reuniões internas e externas; 5 ações internacionais - reunião das altas autoridades em direitos humanos; vídeo conferências e agendas no Brasil e na Argentina. Fizemos a distribuição de 110 Kits da campanha até agora. Temos 5 convênios vigentes em 2017, sendo que dois vão ter que prestar contas urgentemente e dois estão sendo renovados para 2018 e um está sendo concluído agora. Esses dois que vão prestar contas, infelizmente, vão ter que devolver todo o recurso que não foram executados, foram dois centro de referência que não deram certo. Nós temos as emendas que contabilizam R\$ 450.000,00 2017 que foram captadas, sendo que R\$ 250.000,00 ainda estão bloqueadas. Conseguimos a liberação apenas de R\$ 200.000,00 que são de dois convênios, um é o convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que era da Prefeitura, de autoria da Deputada Federal Maria do Rosário, mas por divergências políticas foi destinado pela parlamentar para a Universidade Federal. Outra emenda é do Conexão G que foi liberada, de autoria do Deputado Jean Wyllys, que está no gabinete da Ministra para ser assinado. R\$ 100.000,00 que é para um evento que a Conexão G vai realizar, em 2018, no Rio de Janeiro. Hoje eu senti a minha impotência quando eu sai daqui hoje pela manhã e fui para a Papuda e eu estou até um pouco tensa para falar. Se aqui dentro brigamos, eu Marina, fiquei chocada com três depoimentos de três homossexuais. Eu só não sai de lá desesperada para não transparecer que a Diretora estava chorando. Porque é desesperador a cena que eu vi hoje dentro do Presídio da Papuda com 30 homossexuais em uma cela que cabe 10 ou 8. A tortura que eles estão vivendo lá dentro é uma coisa que não dá para suportar. Teve um que foi obrigado a deitar no chão e os trinta pisarem nele. Foi obrigado pelo agente. Eu recebi uma denúncia há um mês atrás do Conselho Distrital de Direitos Humanos do DF sobre o caso de uma travesti que foi torturada dentro da Penitenciária feminina aqui e nesse meio tempo falaram que haviam outros casos. Na Papuda, existe a ala das travestis, 8 travestis que foram presas por cafetinagem aqui do DF, e mais uma cela que tem gays. Só que eu não tinha a dimensão do que que era aquilo ali. Nós tínhamos uma agenda semana passada mas a juíza não autorizou a nossa entrada. Fomos eu, o coordenador LGBT do GDF, o Fábio Brebis, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos do DF, o Sr. Michel Platini e mais um Conselheiro, que fazem visitas rotineiras que, nesta visita em questão, solicitaram a nossa presença. Antes dessa ida até a Papuda, nós fizemos uma reunião com o DPEN e com uma série de

peessoas envolvidas, a nível Federal e Distrital. Eu já tinha encaminhado a denúncia de tortura para a nossa ouvidora e já estava fazendo o encaminhamento. Mas o que eu vi, hoje, me chocou muito. Eles não estão tendo atendimento à saúde. Esse menino que foi pisado por 30 outros, que por sua vez, seriam castigados se não obedecesse; tem pessoas com HIV lá dentro, tem um menino que relatou que está há oito anos com HIV, precisando da medicação sem recebe-las. As três pessoas denunciaram o mesmo agente. A denúncia já foi encaminhada para o Ministério Público, mas parece que a coisa não anda. Por isso, o Presidente Michel Platini solicitou que o CNCD/LGBT pensasse em uma Resolução, por meio da Câmara Técnica de combate a Violência contra a População LGBT. As travestis querem um lugar onde possam estar como os outros. Temos exemplo em Porto Alegre de um Presídio com uma ala específica, Pernambuco também, dentre outros estados. Temos que tomar uma atitude porque eu não vou continuar nessa inércia diante dessa situação. O menino tem escoriações e mostrou as feridas das pisadas nas costas dele. É uma pessoa de 45 anos que está presa e tornou-se o “bode expiatório” daquele lugar. Também denunciaram que este mesmo agente quando tomou conhecimento de nossa ida, hoje, disse: “vocês digam que eu sou bonzinho, vocês não vão me denunciar”. Então, vejam que nós temos um torturador dentro de um presídio que já é um lugar deprimente. As seis (06) travestis que ainda permanecem estavam mais tranquilas. Tem uma respondendo processo, elas sabem toda a trajetória e porque elas estão ali dentro. Mas elas querem ter acesso. Eu conversei com o Secretário Herbert e vamos preparar um dossiê e encaminhar para a Secretaria Segurança Pública do GDF. Eu conversei com a Sra. Suzana, responsável pelo tema da diversidade no DEPEN. Ela disse que nós precisamos provocar o DEPEN. Pensar na Resolução que temos, desde 2014. Os gays estão na ala dos crimes sexuais. Sr. Michael Platini ia fazer um vídeo, hoje à tarde, denunciando essa situação. Só que ao mesmo tempo pode haver uma represália, assim como eles ameaçam, eles fazem qualquer coisa. O agente simplesmente: “Vocês são um bando de veados e para matar um não custa nada aqui dentro”. Trouxe esse relato para pensarmos em uma forma de intervir nesse cenário. O que eles querem é uma ala separada. **Consultor Marcos Moura faz uso da palavra:** Na semana passada eu terminei de fazer a parte qualitativa, com entrevistas com todas as pessoas da Sociedade Civil que trabalham na coleta dos dados de violência. Fui a Uberlândia conversar com a Saionara que faz o levantamento dos dados pela REDE TRANS. Como é geografa, ela agrega uma experiência muito boa na parte de geoprocessamento de dados, isso é um diferencial e é uma coisa que pode ser trocada e articulada com as outras organizações. Fui conversar com o GGB para entender também o trabalho que eles fazem, desde 1980. Segundo o Professor Luiz Mott, é um trabalho que já está cansativo, pois, o GGB conta com um voluntário, que reside no Rio de Janeiro. É este voluntário que faz a coleta dos dados e vem trabalhando de uma forma muito isolada, já que não tem com quem dialogar. O Professor falou, também, do site “Quem a Homofobia não matou hoje?”. Um site que vem buscando desqualificar as denúncias e os relatos de violência contra LGBT. Ele informou que esse site é

financiado por religiosos, não sei se é verdade, mas é o que aparece na pesquisa qualitativa. Cada caso que as redes mapeiam, esse site, por sua vez, republica o caso, novamente, e tenta, de alguma forma, desqualificar, mostrar que não foi bem assim. Há, hoje, um movimento para desqualificar os relatos de vítimas LGBT. Fui a Niterói conversar com a Bruna da ANTRA que tem uma experiência muito interessante pelo fato de ser militar. A Bruna está muito atenta e preocupada para a causa morte. Ela só relata e, só busca coletar, os dados de homicídios dolosos, porque, como conversamos, possibilita a realiza pesquisas como, por exemplo, saber se esses casos são elucidados pela polícia ou não. É uma outra metodologia de trabalho. Mas, de alguma maneira, bebe da fonte do GGB, bebe da fonte da REDE TRANS. Então, de todas as pessoas que trabalham na coleta de dados, ainda que elas não sentem para conversar, os casos são os mesmos e acaba que há uma preocupação positiva de se estar atento para o fato de não se estar replicando o mesmo caso. Há a preocupação de tentar, cada vez mais, chegar em um familiar; chegar a uma vítima; em uma situação que possa depurar mais o caso. Foi relatado, também, a situação em que os familiares, ao serem informados, se sentem desrespeitados porque a vítima não se assumia como LGBT. A motivação do homicídio pode até estar denunciado, mas a família pede para retirar. Então, dessa primeira rodada de conversa, o que conseguimos que há pensar foi a necessidade de se construir uma metodologia que possa, de alguma maneira, reunir as três instituições trabalham na coleta de informações. Há, nas três instituições a percepção de que necessitam de um diálogo metodológico mais próximo, já que em muitas vezes cada uma delas avança em uma parte importante do trabalho. O SINESP, que seria a esperança de se ter informação, ainda não produz dados; e o disque SUS tem só uma variável. O Disque 100 continua sendo a base de informação que mais traz dados para o nosso seguimento: tem 22 variáveis para o nosso seguimento. No entanto, quando se observa a linha histórica do Disque 100, o número de denúncias cai repentinamente. Quando você cruza os dados da Sociedade Civil, tem, um aumento cada vez maior, já que o acompanhamento feito pela Sociedade Civil é pautado pelo que sai na imprensa e só sai na imprensa o que é muito escandaloso. A travesti que é morta a facada na esquina não é mostrada na imprensa no dia a dia, só sai o caso que mostra muita atenção. Então, ainda que haja subnotificação, nós percebemos um decréscimo na procura pelo serviço e um aumento no número de violações. Comecei também a fazer algumas conversas com gestores, conversei com o Cássio durante a Reunião do LABI; conversei com outros gestores para tentar entender quais os motivos poderiam estar envolvidos no decréscimo da busca pelo Disque 100. Em um primeiro momento, pensei na hipótese da pouca visibilidade do serviço, tais como: propaganda em televisão, coisas desse tipo. Entretanto, essa semana eu vi uma propaganda, mas era uma propaganda direcionada a criança e adolescente. Eu não me recordo de ver alguma propaganda do Disque 100 direcionada a travesti, a trans ou para gays. Mas o Sr. Cássio, gestor de São Paulo, considerou que a qualidade da informação é baixa. O que chega para o gestor do disque 100 é “Travesti sofreu transfobia na rua tal com a rua tal”, não chega telefone, não chega

endereço completo, não chega nenhum outro dado que faça com que eles deem prosseguimento para o caso que foi denunciado no Disque 100. Então para eles que estão lá recebendo a informação, a qualidade do dado é muito ruim. Para nós que estamos fazendo uma análise estatística, ainda que superficial, é ruim mas nos contempla. Mas, de fato para quem precisa dar prosseguimento para o atendimento, o caso necessita de maior informação. Tem uma outra variável que também precisa ser investigada que é a mudança da base do Disque 100 para um outro estado diferente de onde fica Ministério. Precisamos saber o quanto isso interferiu ou não. Uma coisa que também conversada é a importância de que essas pessoas que trabalham na coleta de dados tivesse uma maior interação ou participassem do espaço da Câmara Técnica Permanente de Combate a Violência contra a população LGBT, tanto a Saionara, quanto da Bruna e o voluntário que trabalha no GBB pudessem, de alguma maneira, participar destas reuniões, sem dúvidas, poderiam contribuir na construção de alinhamento dos dados e da qualidade das informações. Para finalizar, o contrato da consultoria foi adiado, a partir de um termo aditivo. Portanto, o contrato de consultoria será prorrogado por mais alguns meses para que possamos concluir, a contento, os relatórios todo mundo podendo ler antes de ser publicado, tendo uma boa finalização.

Conselheira Keila faz uso da palavra: As Redes que estão trabalhando com esses dados queremos erradicar essa violência que nos assassina todo dia. Acho que é legal ter esse panorama e mostrar esses dados, termos uma real dimensão já que não avançaremos conjuntura. Vamos ter que fazer alguma ação. Mas eu queria dialogar diretamente com a Conselheira Marina porque eu fiquei muito impactada com essa questão dos presídios. Eu sei que isso é quase uma naturalidade dentro dos presídios na atual conjuntura. Fiquei pensando em quais ações e como este Conselho pode atuar e como o Ministério de Direitos Humanos também pode atuar. Porque são duas coisas que precisamos pensar: a primeira, é entrar na Secretaria de Segurança Pública, chamar o Secretário de Segurança e colocar a responsabilidade deles com esse agente neste presídio, praticando tortura com essas pessoas que estão lá. Esse é o primeiro passo. O segundo passo compete ao Conselho que deve publicar uma Resolução em regime de urgência para que dialoguemos também com esse presídio, dizendo para ele que a Sociedade Civil, o Conselho LGBT estão entendendo para que a própria direção do presídio tome ciência mais uma vez, porque se eles sabem, obviamente que sabem, é um agente que está lá dentro cometendo tortura e precisa ser barrado de qualquer forma, ou, pelo menos, ele precisa saber que tem alguém que já está sabendo aqui fora para que ele não cometa mais esses absurdos lá dentro. Uma Resolução nesse sentido dá possibilidade de atuar mais ativamente para evitar essas torturas. Não sei qual a estrutura do presídio, eu acredito que esses presídios estão defasados, super lotados, mas eu acho que talvez seja uma possibilidade de juntar as travestis com os gays. Não vai ter uma ala como a de Porto Alegre com uma ala destinada a população de travestis que ficavam em uma situação mais tranquila. Como presumo, a Papuda seja um presídio que não tenha essa possibilidade, mas eu ainda acho que a proposição mais ideal seria que, pelo menos, a Mesa Diretora do

Conselho fizesse uma audiência com o diretor desse presídio, antes de qualquer coisa e apontar essa situação até que possamos desenvolver essa Resolução e até que ela chegue até o presídio. Emergencialmente, é preciso conversar com a Secretaria de Segurança Pública do DF, apontar esse problema. Ao mesmo tempo em que o Conselho ou a Secretaria do Ministério dos Direitos Humanos dialogue com o Diretor do presídio e com o Secretário de Segurança Pública, conjuntamente, para tentar, pelo menos, minimizar a forma como esse agente faz com os presos que estão sob a sua tutela, para conseguirmos avançar. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Gostaria de colocar** que a Câmara Técnica de Combate à Violência contra a População LGBT pode já sentar com você (consultor) logo cedo, antes da reunião ou na hora do almoço, e produzir, emergencialmente, alguma coisa que possamos encaminhar o que for necessário, tendo em vista essa situação de urgência. É deprimente se escutar esses relatos. O Governo do DF também deveria ser oficiado por esse Conselho, assim como o Secretário de Segurança Pública, o mais rápido possível. **Conselheiro Felipe faz uso da palavra:** Eu estou aqui ainda em choque. Primeiro, quero agradecer o relato da Diretora Marina, mas eu gostaria que a senhora informasse, desse devolução de recurso do Centro de Referência, citasse qual estado que vai devolver esse recurso e o porquê. Segundo, eu concordo com todas as falas aqui de encaminhamento, eu acho que tem que buscar todos os mecanismos, parceria, não só o Conselho Nacional LGBT, mas também com o Comitê de Combate a Tortura, todos os meios. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Não sei se eu peguei sua fala no momento específico que você estava falando da questão da mortalidade, mas eu fiquei me perguntando assim, se já fizemos uma reflexão de qual o é conceito de violência, de violação de direitos; se já estaremos trabalhando dentro da perspectiva desse relatório, porque por exemplo, eu já tinha até conversado com você sobre os dados do MDS que tem uma Rede que atende pessoas em situação de violência e violação de direitos e temos dados. Inclusive separados por ciclo de vida. Não temos dados específicos, por exemplo, de quantas pessoas foram atendidas nesses equipamentos, mas nós sabemos que 68% dos CREAS, no ano de 2016, realizaram atendimento à violência e a violação de direitos à população LGBT. Esses dados nos falam algo com relação a violência e violação de direitos, por mais que não sejam sobre mortalidade. No SUS, por exemplo, se tem como dados levantados que, anualmente, 450 pessoas se auto identificaram como transgênero, travesti ou transexual nas unidades de acolhimento. É importante ampliar um pouco, sair um pouco dos dados de mortalidade, especificamente, para trabalhar a situação geral de vulnerabilidade que a população LGBT está submetida no Brasil, atualmente. É uma leitura maior de cenário. É uma reflexão que deve ser inserida nesse relatório para poder dialogar com os demais dados. Não são dados robustos e nem são dados que consigam traduzir a realidade, mas são dados que possibilitam uma reflexão, até mesmo qualitativa dentro do material. Conselheira Marina, Esse é um momento interessante para aproveitarmos a presença do Marcos e tentar sentar com as áreas de coletas de dados dos Ministérios para conseguirmos demonstrar que o Brasil e o

Estado brasileiro não está conseguindo trazer esses dados e discutir com o SUS, com o MEC, enfim tentar trazer uma área de dados que traga esse tipo de reflexão muito temático. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** O próprio nome já diz que é uma Associação de Estudos da Homocultura onde há produção de conhecimento e tem pessoas que estão ligadas direto as universidades públicas. Por isso que, talvez, a minha fala vá muito para o campo universitário e da produção. Quando tratamos dessa questão, Conselheira Marina, pela experiência com projetos de extensão e projeto de pesquisa, por exemplo, eu desenvolvi um projeto de extensão no Ceará nos presídios, e tivemos a oportunidade de ouvir as meninas, foi produzido material e tudo. Uma das coisas que vimos com bastante preocupação é a questão da saúde. Qual é o estado de saúde dessas travestis e dessas pessoas LGBT que estão neste lugar? nós precisamos ter parcerias para que a saúde consiga chegar, já que elas ou eles não podem sair. As próprias doenças, a que medicamentos elas devem ter acesso, como elas devem ter acesso. É algo muito complexo e na verdade uma situação de extrema vulnerabilidade. Outro aspecto importante é a questão da educação, essas pessoas podem querer estudar e é um direito delas nos presídios ter acesso à educação. Podem ser formas de inserção discretas para não chamar atenção das pessoas que produzem a violência, porque se elas tiverem consciência de que tem alguém está fazendo pesquisas de investigação, elas vão realmente produzir uma revanche. Eu vejo a estratégia de inserção na saúde, a inserção da educação de grande relevância, porque cada dia de estudo ameniza a pena. Outro ponto chave é a assistência jurídica. Que crime foi esse? Como é que está essa situação? Porque, às vezes, tem casos que já era para a pessoa estar fora e faltava alguém do jurídico, um advogado que visse a situação real e dissesse “olha, essa pessoa já era para ter saído”. Nós temos um grande parceiro, inclusive no Conselho, ativar a OAB. Outra estratégia envolve diretamente os recursos humanos local. Tentar inserir formação nesses lugares para esses agentes. Eu estou fechando um artigo em que eu vou problematizar esses dados que são publicados, que é perspectiva e a história pode mudar de figura. Poderíamos produzir um diálogo, apresentar esse artigo. Eu entendo que essa produção tem que ter um recorte, porque senão ela não tem aprofundamento. **Conselheiro Emerson faz uso da palavra:** No que se refere ao relatório, eu vi você (consultor) falar da parte qualitativa e talvez por estar chegando agora nesse espaço, não entendi a respeito de como serão esses números, se o relatório vai trazer números, que tipo de números são esses que você pretende pegar, em termos metodológicos, são os números da Sociedade Civil, os números do dique 100. Em termos quantitativos, como é que esses números serão apresentados e de onde eles vão partir? Se é que eles vão ser apresentados, eu estou muito curioso sobre isso, porque quando estamos atuando nos Conselhos Estaduais, Municipais ou como Movimento Social na demanda por políticas públicas nos nossos estados e municípios um dos elementos citados é o elemento quantitativo. Não se tem um quantitativo de crimes LGBTfóbicos no Brasil e isso não justificaria a ação do poder público. Para esse tipo de ação para o nosso movimento LGBT, para a nossa luta por políticas públicas, os elementos quantitativos são fundamentais de

aparecerem nesse relatório. **Conselheira Mirla faz uso da palavra:** Eu fui muitíssimo contemplada com a fala da Conselheira Adrianna, agora, a do Conselheiro Émerson. Na verdade, o trabalho de vocês dois nos interessa diretamente, a todo mundo do Conselho, mas em particular a Câmara que se debruça diretamente sobre a violência. Precisamos estreitar mais os laços porquê, do mesmo modo que vocês precisam de nós, nós precisamos muito do trabalho de vocês. Eu percebi que a construção desse estado da arte e desse dossiê fica muito em torno das organizações da Sociedade Civil. O Conselho precisa cobrar, exigir políticas públicas que possam captar esses dados, que essas notificações sejam feitas, e que sejam pensadas no sentido do enfrentamento à violência a população LGBT. Quando você fala, por exemplo, Marcos, que solicitou os dados do Ligue 180 e não teve retorno deve ser colocado no relatório. Nós, como Conselho precisamos sentar com o Disque 100 e falar que necessitamos dos dados, assim como de outros serviços também. Queria reforçar a proposta da Conselheira Adrianna sobre necessidade de se pensar com todos os Ministérios que tem processamento de dados para tenhamos uma referência da dimensão da violência LGBTfóbica. **Conselheira Irina faz uso da palavra:** Primeiro lugar Consultor Marcos, eu queria falar que o Ligue 180 é um Sistema ligado à Secretaria de Política Pública para as Mulheres e tem uma cláusula de confidencialidade, portanto, tem dados que não podem ser disponibilizados, nem revelados. Quanto a números, eu acho que você não teria nenhum problema. Não sei qual foi o problema que vocês encontraram com relação ao Ligue 180. Vou verificar e conversaremos para dirimir se houve alguma dúvida ou uma questão que ultrapassou essa questão de não poder ser revelado. Outra questão, Conselheira Marina, é que nós tivemos nessa reunião com o DEPEN e eles estão com um projeto “mulheres livres” que visa é tirar do sistema prisional as mulheres que tem penas menores; que tem filhos pequenos; que seria melhor elas estarem em casa. Esse programa tem alguns critérios que eu achei bem interessante. O que me chamou atenção foi que eles tem um levantamento de quais mulheres são essas que estão no sistema prisional, por exemplo, 63% são mulheres negras, mas eu não vi o recorte da população trans. E a ausência desses dados foram discutidos na reunião. **Vice-Presidente Marina faz uso da palavra:** A população trans está dentro do presídio masculino, a maioria. As mulheres trans resignadas, que foi essa primeira denúncia que originou de um outro caso de tortura que ela sofreu dentro do presídio feminino, por oito agentes. Eu tenho todo o relato e posso mandar para a Câmara Técnica de Combate à Violência contra a População LGBT, porque ela está publicizada. Tinham doze travestis e mulheres trans, mas como elas são estão no presídio masculino. **Consultor Marcos faz uso da palavra:** Eu vou começar pelas questões que a Conselheira Adrianna trouxe. Eu considero super importante trazer outros dados para o relatório, acho que quanto mais informações tiver, melhor. Mas por um lado, perde-se o caráter do relatório de violência e quando você vai divulgar violência física, que eu digo de morte, que é a violência extrema, não que a pessoa que não tenha acesso a escola ou que sofra *bullying*, não quero criar um grau de violência, mas seguindo outros

relatórios que eu venho observando da Convenção Interamericana são padrões muito parecidos. Entretanto, o relatório não está fechado, está com oitenta páginas, na medida em que vocês entreguem, o Governo trouxerem os dados e nos facilitarem esse acesso a informação, eles serão incluídos sem nenhum problema, isso é uma visão particular, mas na medida que eu tiver acesso ao dado, eu vou incluir. O caminho que eu venho fazendo é um caminho institucional de mandar e-mail, de solicitar o acesso a informação. Me perguntam se entram dados quantitativos ou não, entram dados quantitativos e a base quantitativa maior que conseguimos trabalhar com destreza foram os dados do Disque 100. O fio maior da informação é você ter a instituição que produz o dado. A história da violência LGBT no Brasil é contada a partir de notícia no jornal, por isso que tem que entrar os dados Emeriográficos; por isso que tem que se valorizar o trabalho qualitativo porque não é a instituição pública que contabiliza crime contra o LGBT no Brasil, é o que sai na manchete de jornal. Por isso a importância que se crie um canal para receber informação, porque se mostramos que existem vários canais, não existe nenhum na verdade, porque existem vários canais e cada um traz uma, duas variáveis e têm uma instituição ou serviço que traz vinte e duas (22) variáveis, temos um serviço funcionando que é mais fácil do que treinar policiais, o que seria o ideal. Temos que avançar em algum canal, e o nosso desafio hoje é esse. Em relação a integração com a Câmara Técnica Permanente de Combate à Violência Contra a População LGBT é necessária. Eu já tenho uma apresentação que eu já fiz para o Fórum Nacional de Gestores (FONGES) contendo dados dos gráficos que eu posso fazer para o Conselho. Os dados estão sendo tabulados e organizados sempre por percentual, porque em alguns estados o número absoluto é muito baixo, por isso não estou fazendo comparação entre estados porque quando você cria o cruzamento entre as tabelas, cria-se vinte e sete (27) para produzindo-se uma dispersão muito alta, visto pela estatística não dá cruzamento entre as variáveis. Por isso, faço poucos cruzamentos e quando vou trabalhar por estado, trabalho por taxa de 100.000 habitantes. O relatório vem seguindo os padrões internacionais. Eu venho olhando o que vem sendo feito fora do Brasil para que tenhamos legitimidade nesse campo, mas como eu falei, ter separado os seguimentos foi muito bom, porque ninguém é LGBT, ou você é gay, ou você é trans, ou bi. Ter transformado o número em alguém que se pode identificar, consegue-se perceber, por exemplo, que a maior violência contra as lésbicas são realizadas por vizinhas donas de casas. Mas contra LGBT nós nunca conseguiríamos perceber isso. Eu acho que o relatório tem vários ganhos e uma coisa que teremos que fazer é conversar com o Disque 100 para eu entender também qual o plano e o planejamento de trabalho do Disque 100 para esse seguimento; qual a perspectiva de trabalho, como são esses treinamentos realizados com essas equipes. Além de produzir a informação, o relatório vai suscitando diálogos e campos de conhecimento. É o que a Conselheira Luma falou, na medida que ampliamos demais, não focamos no assunto, mas na medida que nós deixamos de trazer esses outros dados, não contemplamos os parceiros colaborativos. Eu sei que quando formos divulgar, quanto mais disperso for a

informação, menos ela vai fixar, apesar de que a vamos estar divulgando números que sangram, então, de alguma maneira, já é um dado negativo. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Marcos, eu vou cair de novo na minha fala. Eu queria muito entender, talvez seja mais uma conversa para a Câmara Técnica, mas eu queria muito entender qual o conceito de violência e de violação de direitos que o relatório está adotando. Porque o Centro de Referência Especializado de Assistente Social atende especificamente situações de violência e violação de direitos. Violência está dentro do conceito de violação de direitos, damos um destaque porque a questão da violência é mais acentuada. Esses dados eu já tinha até passado para a Conselheira Marina, que já tinha me solicitado esses dados, retirados da base de dados do Manual do Senso SUAS que são dados públicos, qualquer cidadão ou cidadã brasileiros podem acessar os dados do senso SUAS, pois abrange todos os equipamentos da assistência social. Queria deixar e reforçar bastante que não se trata de contemplar parceiros, estamos trazendo dados de políticas que estão realizando atendimento a vítimas de violência e a violações de direito da população LGBT, por isso que a minha pergunta anterior foi “O foco do relatório será então a mortalidade ou a vamos ampliar o conceito para pensar situações de violações de direitos. Não se trata de contemplar dados que existem em uma ou outra política, mas conseguirmos trazer uma leitura um pouco mais ampliada da situação de violência e de vulnerabilidade que a população LGBT vive e vivencia atualmente no Brasil. A inclusão desses dados não vai trazer prejuízo no sentido de fugir do formato ou da metodologia com as quais as que instituições internacionais que elaboram e apresentam os seus relatórios. Esses dados pode estar contido em partes diferentes do relatório. Pode haver uma parte do relatório em que trabalhamos um pouco essas dados, com uma perspectiva um pouco mais reflexiva sobre o que esses dados estão falando em torno da violação de direitos e da violência também, já que o equipamento atende violência, ele atende situações de violência física e a violência intrafamiliar que é, inclusive, uma das violências que ocasionam todo o início da trajetória de violência da população LGBT. Esses dados estão disponíveis no site do MDS, estou aqui a disposição para trabalharmos com esses dados. Eu, como Conselheira, representante do Ministério do Desenvolvimento Social, tenho obrigação de defender a importância desses dados, pois quando falamos de proteção social também estamos falando de violência e violação de direito. Precisamos ver qual é o tipo de olhar que vamos querer trazer para esse relatório, se ele já tem um objetivo anterior de ser realmente um relatório que vai tratar só da questão da mortalidade, da violência como você falou, da violência extrema em seu final ou se vamos trazer essa outra perspectiva também. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Conselheira Adrianna, suas observações são bastante pertinentes, na medida em que nós produzimos um dossiê sobre violência e violação de direitos humanos e com ele nós denunciemos o Estado Brasileiro, mesmo que em determinado momento tenhamos feito parceria com a própria Convenção interamericana de Direitos Humanos que veio ao Brasil apresentar esse relatório, em Brasília, muito mais trabalhando a violência, mas nada impediu que ela

acolhesse a nossa denúncia, justamente porque trabalhamos, não só com a violência, mas também com as sucessivas violações que talvez seja uma das mais responsáveis, inclusive, para o estado final que é a letalidade. É possível fazermos esse diálogo e, de fato, ter um trabalho mais específico para a Câmara Técnica Permanente de Combate à Violência contra a População LGBT. Não digo repensar a metodologia, mas talvez repensar esses conceitos como a Conselheira trouxe aqui que é uma contribuição bastante pertinente. O Presidente Washington encerra a sessão do dia. Tendo em vista o quórum estabelecido quando da abertura da 42ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT, em vinte de dezembro de dois mil e dezoito (20/12/2018), a **Vice-Presidenta, Sra. Marina Reidel** inicia o segundo dia de Reunião, dando os informes sobre a reunião da Comissão que foi ao Presídio da Papuda e sobre a reunião com o Secretário de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal, realizada às 10hs, do dia vinte de dezembro de dois mil e dezessete (20/12/2017). Participaram da missão: a Vice-Presidenta Marina Reidel, a Presidenta da Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT, Conselheira Danielle Brígida; a Presidenta da Câmara Técnica Permanente de Prevenção, Combate e Monitoramento da Violência contra a População LGBT, Sra. Tathiane Araújo; e o Presidente do Conselho de Direitos Humanos do Distrito Federal, Sr. Michel Pratini. O Objetivo da Reunião foi de conversar com o Secretário sobre as denúncias recebidas, relativas à um agente penitenciário que praticava torturas contra pessoas LGBT. A Vice-Presidenta relata que, depois da saída da Missão do Presídio da Papuda, o referido agente continuou a ameaçar os/as detentos/as, alegando que os mesmos/as teriam falado mal dele. O agente citado foi transferido de local de trabalho. A Vice-Presidente acrescentou que estava de posse da Resolução Conjunta CNCD/LGBT e CNPCP, 2014 para auxiliar no convencimento do Secretário de Segurança Pública do GDF a pensar na proposta da criação da ala LGBT, visto a situação já constatada pelas denúncias, inclusive no Ministério Público contra o mesmo agente. Após o informe da Vice-Presidenta, o Presidente deu início ao relato das Câmaras Técnicas Permanentes. O Conselheiro Presidente da Câmara Técnica de Legislação e Norma deu início ao primeiro relato. Inicialmente, a Conselheira Luma Nogueira fez uma apresentação dos trabalhos da referida Câmara Técnica, relativos aos anos de 2016 e 2017, destacando os pareceres emitidos sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Logo após, a Conselheira Luma apresentou o planejamento da Câmara Técnica para aprovação da Plenária da 42ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT: construir uma Resolução para constituição de uma Comitê Pró 4º Conferência Nacional LGBT 2019 composta pela Mesa Diretora do CNCD/LGBT e três (03) representantes governamentais; fazer uma análise do Estatuto da Diversidade da OAB e apresentar um parecer e uma nota de apoio sobre o citado documento; realizar revisão do Regimento Interno (Resolução 13, de março de 2015) do CNCD/LGBT; criar uma comissão permanente de Comunicação do CNCD/LGBT; marcar audiências com os Ministros do STF para tratar das questões LGBT que estão em trâmite na citada

Casa; buscar a articulação de uma agenda com a Senadora Lídice da Mata (PSB) e com o Senador João Capiberibe (PSB) para discutir o projeto de lei relativo ao Estatuto das Famílias, no primeiro semestre de 2018; e realizar o acompanhamento dos Projetos de Lei que tratam sobre questões de interesse da População LGBT no Congresso Nacional. A Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas ainda acrescentou as seguintes sugestões para a Plenária do CNCD/LGBT: realizar uma atividade do CNCD no período do Fórum Social Mundial em Salvador – Participantes: Prefeitura de Salvador, Câmara de Vereadores, Governo do Estado e Sociedade, nos dias 15, 16 e 17 de março de 2018; buscar Parcerias para recursos junto aos organismos internacionais (ONU, UNESCO, etc.), empresas, fundações, parlamentares; Proposta de Programação para o Dia Internacional de Combate a Homofobia (LGBTfobia, no Brasil) - 17 de Maio: 14 e 15 de maio - Reunião do CNCD/LGBT; 16 de maio realização do Fórum Interconselhos LGBT; dia 17 de maio realização de atividades no Congresso Nacional; dia 18 de maio sugere-se a realização de atividade específica do Conselho. A Câmara Técnica Permanente de Legislação e Norma também sugeriu a realização de celebração do Dia da Visibilidade Trans, tendo como atividade a potencialização da divulgação da campanha já existente sobre a visibilidade Trans, para o dia 29 de janeiro de 2018. Dando continuidade à apresentação, a Câmara Técnica ainda sugeriu as seguintes atividades: identificar os relatos de violência LGBTfóbica contra refugiados e fazer uma visita à Região Norte nos Abrigos de Boa Vista, Manaus, Pacaraima e Belém; realizar Grupo de Trabalho com a Casa Civil com vários Ministérios; a participação de representações do CNCD/LGBT no Congresso Nacional da ABRAFH de 18 a 20 Julho de 2018; a indicação para 26, 27 e 28 de fevereiro para primeira reunião do CNCD em 2018; a busca por estratégias de fomento para cursos de formação de Conselheiros Estaduais LGBT; a realização de Reunião Itinerante do CNCD/LGBT no Congresso da ABEH em Novembro de 2018; procurar todos os candidatos a Presidente da República para conversar sobre a proposta de agenda de governo para a população LGBT. Debate sobre o tema: **Conselheira Adrianna Figueiredo faz uso da palavra:** Coloco a proposta de Composição paritária entre Sociedade Civil e Governo para o Comitê Pró-Conferência. **Presidente faz uso da palavra:** A ideia é que a mesa diretora se reúna um dia antes da reunião da Câmara Técnica e essa comissão organizadora também. Só que a mesa diretora vai se reunir pela manhã e a comissão organizadora a tarde. **Conselheiro Fábio faz uso da palavra faz uso da palavra:** ratifico a proposta da Conselheira Adrianna Figueiredo. **Conselheira Keila Simpson faz uso da palavra:** É necessário criar um banner no site do Ministério dos Direitos Humanos e dos demais Ministérios que integram o CNCD/LGBT e outros parceiros para a divulgação das datas comemorativas para a população LGBT. Informo que haverá dezenove temas a serem discutidos sobre a pauta LGBT, e também da população negra no Fórum Social Mundial, que ocorrerá em Salvador. Me comprometo a enviar os temas para o CNCD/LGBT, com a finalidade de que, conjuntamente, o CNCDLGBT possa incidir dentro do Fórum. A Conselheira ressalta que não faz

parte de nenhuma Comissão do Fórum Social Mundial e que apenas reside na cidade irá sediar que é Salvador. A Conselheira registra que está fazendo parte de uma Comissão que está formada e que o CNCD/LGBT deve dialogar com essa comissão. **Conselheiro Zezinho faz uso da palavra:** Concordo com a avaliação da Conselheira Adrianna Figueiredo sobre a necessidade de aumentar a representação governamental. No entanto, sem restringir a participação da sociedade civil. **Conselheiro Emerson Santos faz uso da palavra:** Diz que a propositura do Presidente Washington para a composição do Comitê a partir da Mesa Diretora do CNCD/LGBT que possui quatro (04) representantes da Sociedade Civil e uma representante do Governo, a Vice-Presidenta Marina Reidel e mais três representantes governamentais, somar-se-iam oito (08) integrantes: quatro Governo e quatro Sociedade Civil, seria um bom número. Ademais, um comitê composto de número maior que dez (10) comprometeria a operacionalização dos trabalhos. **Conselheiro Fábio:** solicitou questão de ordem - sugiro que que cada ponto seja debatido até que se esgotem as proposições para depois se discutir outro ponto. A proposta é que se esgote o tema do comitê e depois ir para o ponto que teve destaque, que foi a questão do fórum. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Chamou atenção para o fato de que as reuniões do comitê estejam previstas para a parte da tarde, após a reunião da Mesa Diretora, para possibilitar o convite à outros Conselheiros e outras Conselheiras. **Conselheira Adrianna Figueiredo faz uso da palavra:** destaco que a proposta em questão não significa a redução de participação, nem das pessoas da Sociedade Civil que compõem o Conselho e nem dos outros participantes de Governo no processo de elaboração dessa Conferência. Na experiência anterior, a ausência total de representantes do Governo foi muito ruim para operacionalizar a Conferência. Além do que, as reuniões do comitê podem estar abertas, tanto para outras representações do Governo quanto para a Sociedade Civil. **O Presidente Washington faz uso da palavra:** Sendo assim, tomo como deliberado pela Plenária da 42ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT que o Comitê Pró 4ª Conferência Nacional LGBT será composto pelos Conselheiros e Conselheiras, integrantes da Mesa Diretora e mais três (03) Conselheiras/Conselheiros representantes governamentais do CNCD/LGBT. **Conselheiro Daniel Costa faz uso da palavra:** Gostaria de trazer a discussão sobre a importância da participação do CNCD/LGBT no Fórum Social Mundial. Aponta a necessidade de que o Conselho deva protagonizar uma ação específica. Cito, como exemplo, a participação no Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre e, sugiro a realização de alguma entrega do Conselho, tais como: alguma campanha específica, algum material de divulgação. **O Presidente Washington faz uso da palavra:** informo que a Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT apresentará uma proposta para o calendário específico de atividades do Conselho no Fórum. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Sugiro que a Reunião descentralizada (Itinerante) seja realizada em um estado ou município no Brasil que atualmente esteja se

configurando com maior índice de mortalidade de violência e de violações para a população LGBT. **Presidente Washington faz uso da palavra:** informo que a proposta que a Câmara Técnica do Plano apresentará é de que esta reunião descentralizada ocorra em um estado que possui esses índices de maneira mais alarmante. Aproveito para avisar que será apresentada a proposta de calendário das reuniões ordinárias para aprovação da Plenária. E, é importante a elaboração de uma Resolução contendo o calendário, após sua aprovação. **Conselheira Ana Karyna faz uso da palavra:** vou iniciar o relato da Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT pela apresentação dos quatro (04) pontos que nortearam a reunião: Proposta de calendário e atividades para 2018; 2 – Agendas; 3 – Propostas; 4 – Encaminhamentos. Proposta de calendário de reuniões do CNCD/LGBT para o ano de 2018: **Reuniões Ordinárias: fevereiro: 21/02/2018 (manhã) - Pauta:** Balanço das emendas parlamentares executáveis em 2019 e 4ª Conferência LGBT. **23/02/2018 - CT Plano:** Pauta: Conferência x PPA e Análise do documento e decisão da metodologia de escuta dos ministérios com ação sobre as 5 metas. **2. abril: 26/04/2018 - CT Plano-** Pauta: Monitoramento participativo; Escuta a ministérios prioritários com gerência sobre as 5 metas (já elencado o PRONATEC). **3. junho - Pauta:** Agenda do trabalho Decente para População LGBT. **OBS1:** Por se tratar de um trabalho extenso pretende-se dividi-lo em 2 momentos. **Momento 1:** Levantamento de dados e indicadores que mapeiem o desemprego, subemprego, empreendedorismo, prostituição, atual situação no mercado de trabalho. **Momento 2:** Reunião para produção de uma agenda que proponha políticas e ações para superação das problemáticas. **OBS2:** Convocar Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **4. agosto - Proposta:** (itinerante / Alagoas ou Pernambuco). 5. Outubro - de 24 a 26. 6. Dezembro - de 12 a 14. Reuniões Extraordinárias: Novembro - Tema: Diálogos interseccionais. Agendas: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL - FSM/SSA. (Março de 2018) – Propostas de ações: Reuniões com os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ainda, Defensoria e Ministério Público. **Fórum Interconselhos LGBT (Maio DE 2018).** Propostas que demandam resoluções: Criar GT de Comunicação, com as seguintes atribuições: responsável pelas criações de peças alusivas às datas comemorativas em calendário a ser definido por esse GT e aprovado pelo pleno e demais questões que demandam; criar Comitê da IV Conferência LGBT, com a seguinte composição: Mesa Diretora, 3 conselheiras/os governamentais e 3 conselheiras/os da sociedade civil; realização do II Seminário Nacional de Juventude LGBT, a partir das seguintes ações: montar GT com conselheiros do FONAJUNE e ArtGay Jovem; Indicação de representantes governamentais e de representantes jovens de outras entidades que compõem o CNCD, respeitando paridade de gênero; composição com máximo de 06 integrantes. Criação de peça alusiva ao dia da visibilidade trans (29/01) e ao dia 21/01. Encaminhamentos: À CT de Normas: Demandar ao Ministério dos Direitos Humanos a elaboração de nota técnica sobre

as leis e projetos de lei sobre escola sem partido e ideologia de gênero (derrubada em 7 municípios e tramitando no STF), sendo esta acompanhada e analisada pela Câmara Técnica de Normas, apontando os principais aspectos dessas leis, para posterior aprovação do pleno de um documento final a ser enviado aos Legislativos estaduais e municipais e ao Ministério Público nos Estados; pedir audiência com o Ministro Barroso para dialogar sobre essas leis e apresentar parecer do CNCD LGBT sobre o tema. O Presidente Washington faz uso da palavra: está aberto o debate. Antes quero esclarecer que não foram estabelecidas as datas das reuniões da Mesa Diretora e nem do Comitê Pró 4ª Conferência. A proposta de calendário de fevereiro ficaria para os dias 19 de fevereiro será a reunião da Mesa Diretora e do Comitê Pró 4ª Conferência; dia 20 de fevereiro reunião das Câmaras Técnicas Permanentes; 21 e 22 de fevereiro a Reunião Plenária. **Conselheiro Zezinho faz uso da palavra:** Sugiro que a Reunião Itinerante aconteça em Roraima, em razão dos imigrantes, ou em Mato Grosso, onde o governador tinha lançado um decreto para a criação do Conselho Estadual, mas depois caçou. **Conselheiro Émerson faz uso da palavra:** proponho priorizar um estado que esteja sem nenhuma política pública, sem Conselho Estadual, sem centro de referência. **Conselheira Keila Simpson faz uso da palavra:** É importante priorizar exatamente como o Émerson acabou de colocar e, portanto, já destaca Pernambuco. Mas tem duas questões: o estado de Alagoas permanece com toda essa dificuldade, não estou fazendo uma defesa, mas emergencialmente. Queria destacar Rondônia, porque é na região norte. Mas não será possível o Conselho para fazer duas reuniões itinerante em uma mesma região. Eu sei da emergência, mas se o Mato Grosso está apontando também uma deficiência e está na Região Centro-Oeste, é mais provável que possamos pensar na região Centro Oeste. Em Alagoas, poderemos ver outra forma de diálogo. O Conselho não deve se restringir a essas intervenções somente em reuniões itinerantes, mas de atuar como Conselho para fomentar as políticas nesses Estados. Dessa forma, o Conselho pode atuar em resoluções com recomendações, com interseções que podem ser feitas nesses estados, pois estará mais próximo das ações locais. **Conselheiro Fábio faz uso da palavra:** poderíamos entrar em contato os estados e falar da proposta dessas visitas itinerantes e saber dessa necessidade também deles de também ter esse retorno. O Mato Grosso poderá dizer se, realmente, está necessitando que o Conselho vá até lá e fale em qual situação se encontra. Ir em Alagoas e depois trazer isso para o Pleno e depois faremos uma votação. **Conselheiro Zezinho faz uso da palavra:** a preocupação é observar os prazos de período eleitoral. **Conselheiro Fábio faz uso da palavra:** Eu queria tocar em um ponto sobre o GT de comunicação. É bastante plausível essa sugestão se pensar na comunicação do Conselho, sobre a questão da visibilidade do Conselho diante da sociedade porque é urgente. Eu estava aqui perguntando para a Conselheira Adrianna se a nós temos um site e eu acho que não temos. Temos uma logomarca, alguma coisa que nos represente? Ou seja, um símbolo, porque quando falamos de comunicação, não adianta só fazer nota e ficar internamente. Precisamos dar essa visibilidade. Infelizmente, não temos uma consultoria de comunicação, não

temos um plano de comunicação para podermos poder pensar sobre isso. Eu trago experiência de outros Conselhos que tem um plano de comunicação ou uma consultoria de comunicação e o quanto isso é bastante incisivo dentro da própria sociedade, com clipping de todas as notícias que acontecem sobre a questão de políticas LGBT e que possamos entrar, por meio desse plano de comunicação, em contato com os estados. Haveria sim essa necessidade. Mas com os problemas de recurso fica complicado. **Conselheiro Daniel faz uso da palavra:** Eu também queria entender a proposta que a Câmara Técnica traz sobre o GT de comunicação, porque em janeiro já tem o dia da “visibilidade trans”, o GT tem que estar pronto, porque sabemos que o tempo passa rápido e precisamos estar com algum documento pronto para janeiro. Eu queria saber se já tem alguma minuta de texto e quem compõem esse GT. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Conselho Daniel deixando nítido, nós vamos pensar esse GT aqui, porque vamos amarrar, tanto esse GT quanto o comitê Pró 4ª Conferência em resoluções. Regimentalmente, um GT só pode funcionar com no máximo seis pessoas, por isso que nós chamamos de comitê da conferência porque ultrapassou, agora o de comunicação só pode ter no máximo seis pessoas. Talvez seja o momento de criar e recriar, ou mexer no regimento que é uma outra tarefa. **Conselheiro Fábio:** O MDH tem um designer mas o meio anseio é que não fiquemos aqui dentro. Tem tantas pessoas militantes que são designers e poderíamos abrir um concurso e falar que o Conselho vai fazer uma logomarca, que a pessoa que ganhar vai ter a logomarca dela em todos os documentos, não dá para ficarmos atrelado ao Ministério ou a Secretaria, já sabemos que a Secretaria e a Coordenação tem redução de pessoal, então porque não abrimos isso? A comunicação não é só para monitorarmos o que o Conselho faz, mas termos um espaço dentro do próprio Conselho onde possamos dizer o que está acontecendo nas políticas que acontecem no Brasil afora. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Conselho, tem uma proposta que surgiu da Sociedade Civil, vamos apresentar. A ARTGAY tem um profissional que fez uma proposta de logomarca. **Conselheiro Emerson faz uso da palavra:** É muito bom abirmos um concurso, pensar em estratégias de envolvimento da Sociedade Civil nessa criação da marca do CNCD. Me preocupa o tempo, porque para abrir um concurso, nós temos que abrir regulamento, as pessoas se inscreverem. Mas é uma proposta que não deve ser descartada, em termos de concursos. Podemos abrir concurso para a Capa, para relatórios nossos, vamos fazer um relatório anual das atividades do Conselho. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** A logomarca é muito importante, mas a questão central que o Fábio traz é que precisamos de uma forma de comunicação mais próxima e mais rápida, por exemplo, ano passado, quanto tempo demoramos para soltar aquela Nota sobre referente ao CFP? os assassinatos, das violências que ocorrem, elas são diárias e o Conselho precisa emitir opinião, precisamos desse movimento mais rápido. Precisamos de um blog e um facebook, para esse primeiro momento. Os próprios Ministérios estão fazendo uso dessas ferramentas. O próprio Governo que está fazendo uso de facebook e de Blog. Tem departamentos específicos nos Ministérios que tem blogs

específicos para liberar a sua comunicação, dada a dificuldade que é de uma única pessoa dentro de um Ministério que trabalha com comunicação. O GT é importante porque ele vai tratar especificamente desse tema, mas precisamos de um assessor de comunicação, que seja uma pessoa que contratemos. Eu tenho algumas questões sobre a apresentação da Câmara. A primeira delas é em relação a apresentação das ações dos Ministérios. Ficou um pouco ruim a comunicação de que houve essas apresentações na Câmara Técnica, porque, muitas vezes, em conversa com Conselheiros e Conselheiras eu ouvi: “Ah, mas o MDS não fez isso e aquilo, ...” e eu falei que nós apresentamos todas as ações na Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT. Talvez, nós deveríamos trazer para a Plenária, embora saibamos que levará muito tempo para isso. Não sei qual o formato. Talvez, não precisasse ser muito extenso, como um resumo da apresentação da Câmara. As ações mais importantes que cada Ministério desenvolve, mas é importante que façamos esse diálogo. É importantíssimo pegarmos o que foi apresentado no passado e fazer um espelho com o que está sendo apresentado esse ano, porque vimos todo ano apresentar a mesma coisa, não sei qual é a efetividade dessa apresentação. Até mesmo para que sejamos cobrados pela Sociedade Civil e possa levar essa provocação para os nossos Ministérios, porque ficamos um pouco refém “Olha, eu sei o que caminhou e o que não caminhou”, se eu não sou provocada pela Sociedade Civil, como eu levo problemas? É nesse sentido, conseguirmos fazer com o que essa atividade possa realmente reverberar no compromisso e no planejamento que os Ministérios têm realizado com a pauta. **Conselheira Fabiana faz uso da palavra:** Conversei com a comunicação do Gabinete da Ministra, a nossa conversa foi no sentido de fortalecer, se for de interesse do Conselho, a Campanha Deixe o Seu Preconceito de Lado para que pudéssemos apoiar, divulgar os materiais que já estão concebidos, prontos e disponíveis para a produção de material. o Ministério já mandou fazer uma leva de folders e de materiais impressos, de banners, que vão chegar com uma certa antecedência e podemos disponibilizar e fazer uma ação desse material que já está pronto. Podemos também, a partir, dessa ideia da Conselheira Keila, fazer uma criação a partir do layout da campanha, porque o grande esforço não é nem produzir um banner, mas como serão usados. Então, se for do consenso do grupo que se use a identidade visual da campanha, eu posso pedir para que a campanha possa fazer essa peça que eu não sei que está prevista nas demandas da comunicação e a Secretaria faz a articulação dentro dos Ministérios para que possam disponibilizar, não só nas Redes Sociais, mas fazer realmente um evento de comunicação, pautar a mídia sobre isso e entrevistas para os Conselheiros e Conselheiras e, em cada estado tentarmos fazer ou criar alguma coisa, hoje, mesmo que seja super simples **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Conselheira Fabiana, o MDS fez a divulgação da Campanha no site e quando no processo de início da campanha ainda não tinha o material robusto impresso. Conversamos e demos a sugestão de enviar, via Ministério, para a nossa rede e se vocês tem esse material impresso, podemos já deixar o compromisso de

agendarmos uma reunião para ver como é que faremos dentro do Ministério para enviarmos para os CRAS, para o CREAS, para a rede de atendimento.

Conselheira Keila Simpson faz uso da palavra: Falando pela ANTRA, não tenho nenhuma objeção com relação a esse material. Mas o que precisa ficar nítido e pactuado é que todas as atividades de comemoração da comunidade LGBT, da população LGBT, elas tem uma data que é importante e não geram gastos. Por exemplo, eu publiquei agora no meu Face um banner daqueles coloridos com uma mensagem “Resistir para existir, dia nacional da visibilidade trans 2018”, que esteja no site, não custa nada, qualquer designer faz isso e você pode compartilhar, isso não gera gastos, não precisa aprovação de nada, se faz isso e cada Ministério coloca a sua logomarca e replica. Já serve para todas as datas sucessivas dia 21, dia 29 de Agosto, dia 15 de maio - que é o dia do orgulho trans, que foi criado pelo movimento trans que começou a partir de então. O Dia Nacional da Visibilidade Trans é pelo dia que nós entramos pela primeira vez no Congresso Nacional. Foi só em 2005 que isso aconteceu. Nós entramos no Congresso lançar, pela primeira vez, uma campanha que vinha da AIDS. Uma data emblemática dia 29 de janeiro. O dia 15 de maio está ligada a criação da primeira instituição trans no Brasil, também é um marco histórico -. A ideia é um banner simples só para constar no site para dizer o que estamos comemorando e não tem gastos.

Presidente Washington faz uso da palavra: Excelente Keila. O entendimento que eu tive é que concordamos com a proposta que a Conselheira Fabiana trouxe, óbvio que incluindo a contribuição de Keila do banner, é isso? Ok.

Conselheira Adrianna faz uso da palavra: Nesse ponto temos que começar a mudar um pouquinho de estratégia, por que? Temos visto um crescente número de materiais didáticos, informativos e de vídeos que são muito mais acessíveis a população em geral com esse discurso da ideologia de gênero, da desvirtuação do que nós discutimos em relação a gênero. Temos que fazer a nota em função do Conselho, mas precisamos começar a pensar em outras formas de comunicação em relação a esse assunto, especificamente, porque a coisa está monstruosa. Eu poderia trazer um relato pessoal que aconteceu na escola da minha filha, em relação a isso. A mãe da colega da minha filha disse que se a professora falasse em gênero que ela entraria com um processo contra a moça e isso foi uma palestra que ela viu de um procurador dizendo como os pais poderiam se proteger dentro das escolas dos discursos sobre gênero e sobre sexualidade. O ataque está vindo de formas institucionalizadas, por pessoas que são instituições, é rápido e é didático. Você tem vídeos inteiros dizendo, explicando a perversidade da ideologia de gênero. Precisamos, primeiro, esclarecer o que é ideologia de gênero, porque existe ideologia de gênero, quem inventou ideologia de gênero? Fomos nós ou foram eles? Precisamos produzir um material didático, informativo, vídeos, utilizando cartilhas para que qualquer pessoa compreenda, não precisa ser um intelectual para compreender a questão das relações de gênero, da orientação sexual, da identidade de gênero. Precisamos é facilitar a linguagem, descomplicar, uma comunicação que atinja as massas, porque são elas que estão sendo ludibriadas nesse processo.

Conselheira Mirla faz uso da palavra: Queria ressaltar a

importância de combatermos essa chamada ideologia de gênero, que na verdade passa da dimensão da violência ideológica, está se tornando também violência física e assim, há várias atrocidades que precisam também ser denunciadas, aproveitando a oportunidade para isso. Na Câmara dos Vereadores de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, recentemente, vários professores foram agredidos pela polícia e eles reivindicavam apenas uma coisa, abrir o debate sobre o projeto que veta a discussão da ideologia de gênero e sexualidade. Eles não estavam nem pedindo para derrubar o projeto, mas sim para abrir o diálogo com professores, com as pessoas da educação com Movimentos Sociais, porque simplesmente se tornou uma prática comum na grande maioria, salvo exceções das Câmaras que analisaram projetos que proíbem discussões de gênero e sexualidade votarem sem nenhum diálogo com a sociedade. Quer dizer, é uma arbitrariedade absurda.

Conselheira Fabiana faz uso da palavra: Me perdoem realmente a ausência dessa informação, é que como realmente eu estou chegando agora. Nós não temos a previsão de contratar uma consultoria para fazer um plano de comunicação mais coeso? Uma consultoria para poder contratar uma pessoa que seja mais próxima do Conselho, que seja do Conselho, para fazer esse trabalho, porque essas demandas são simples, só que elas só vão alcançar resultados se elas forem profissionais.

Conselheira Luma faz uso da palavra: De fato nós temos que agir dentro dessa perspectiva e me chama muita atenção o quanto professores e professoras das universidades estão sendo atacadas por conta dessa questão que já está fora do limite mesmo, inclusive de violência, de ameaça de assassinatos como ocorre na UFPA e em outras universidades do país e a temos que trazer essa solidariedades para essas pessoas e fortalecer esse trabalho com muitos dos nossos associados, como a Berenice Bento. Para o Fórum, eu acho que é importante essa criação, quem sabe até falar com alguma organização de criar ou inventar um prêmio para um curta, uma tira.

Presidente Washington encerra a parte da manhã.

Conselheira Mirla faz uso da palavra: Após fazer uma discussão das nossas principais ações para o ano de 2018, tentamos sintetizar em um quadro com nos objetivos; ações principais; atividades principais para alcançar essas ações; e responsáveis. Em algumas situações, pensamos já em parceiros e parceiras e também um prazo. Antes de começar, é bom ressaltar de que como o tempo curto é só um prévio plano de ação, mas que na verdade a Câmara tem toda uma intenção de sentar para fazer um aprofundamento, em termos de planejamento em si. Algumas, ou muitas, ou quase todas as ações, na verdade, já vinham sendo debatidas na Câmara, pelo que me foi passado, e que continuamos tendo como demanda algumas ações a serem feitas em 2018.

**MINI-PLANO DE AÇÕES PARA A CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE
MONITORAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO
LGBT**

2018

AÇÕES	OBJETIVOS	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS(AS)	PRAZO
1. Resolução conjunta CNCD/LGBT e CNAS	Qualificar a rede socioassistencial para o atendimento à população LGBT	- Conversar com as secretarias executivas para responder o ofício enviado pelo CNAS, sugerindo uma reunião com proposição de data para março de 2018.	Tathiane e secretária executiva do CNCD/LGBT		Março de 2018
		- Construção da Minuta	Câmara técnica de legislação e normas CNAS	Câmara de violência	Abril-Junho
		- Aprovação da resolução no pleno dos dois conselhos	Secretarias executivas		Julho
2. Contribuir na elaboração e	Acompanhar a construção do pacto de	- Agenda de reuniões	Tathiane e secretária executiva do		1ª atividade: Apresentação do

implementação do Pacto de Combate à violência LGBTfóbica	combate à violência	periódicas com a Diretoria de promoção dos direitos LGBT.	CNC/LGBT		estágio de desenvolvimento da proposta na próxima reunião da câmara (Março) Prazo Final: ???
3. Construção de uma cartilha, um material institucional com orientações sobre violência LGBT	Produzir um material informativo, em linguagem didática, chancelado pelo conselho para garantia de direitos e combate à violência LGBT	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião com parceiros e Diretoria de Promoção dos direitos LGBT - Plano de construção da Cartilha - Elaboração da Cartilha - Diagramação (Articular com MDH) - Publicação da cartilha (Articular com MDH) 		<ul style="list-style-type: none"> - ABEH - Núcleo de estudos da diversidade sexual e de gênero – observatório LGBT/UNB Valdenízia (UNB) - MDH 	<p>1ª Atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunião no último dia a tarde da próxima reunião do Conselho. (Março) <p>Prazo Final: Agosto de 2018</p>

<p>4. Reunião com a consultoria responsável pelo dossiê de violência LGBT</p>	<p>Acompanhar e contribuir com o desenvolvimento do relatório do mapeamento da violência LGBTfóbica</p>		<p>Tathiane e secretária executiva do CNCD/LGBT</p>	<p>1ª Atividade: - Apresentação do estágio de desenvolvimento na próxima reunião de 2018</p> <p>Atividade continuada</p>
<p>5. Acompanhamento sistemático do Disque 100</p>	<p>Monitorar e contribuir com as ações e atividades do Disque 100</p>	<p>Reunião com a ouvidoria e com coordenação.</p>	<p>Maria José/Rogério</p>	<p>1ª Atividade: -Primeira reunião de 2018</p> <p>Atividade continuada</p>

Conselheiro Daniel faz uso da palavra: Conseguimos elencar algumas ações previstas para 2018, mas precisamos nos debruçar mais sobre as ações, sobre as responsabilidades, a articulação que a Câmara Técnica pretende fazer com outros Conselhos para ficar algo mais robusto. Propomos fazer uma reunião no dia 23, depois do Pleno, em fevereiro para discutir o planejamento da Câmara Técnica, porque é fundamental para a entrega de um bom trabalho e aproveitar, como ficou encaminhado na reunião, que a Câmara Técnica precisa conhecer mais nova estrutura do Disque 100, e como o serviço está vinculado a Ouvidoria. Estamos propondo uma visita técnica em Salvador, anterior ao Fórum. Então, seriam duas datas importantes para essa Câmara Técnica. Uma reunião pós pleno dia 23 de fevereiro e uma reunião, provavelmente, no dia 14 de março, em Salvador para conversar com a equipe do Disque 100. **Conselheira Maria José faz uso da palavra:** Eu queria ver o que a Mesa acha em relação a chamar a Herta para conversar sobre a Ouvidoria na Câmara ou tentar colocar uma agenda com o Conselho, na próxima reunião do Conselho. **Conselheira Keila Simpson faz uso da palavra:** A Conselheira Marina falou, ontem, que as meninas estão precisando de muitas coisas no presídio e nós da ANTRA, ABEH e FONATRANS compramos alguns materiais para levar: sabonetes, escova, pente, esmalta. Deixaremos aqui e queremos conclamar os Conselheiros e as Conselheiras a fazerem o mesmo. **Conselheiro Felipe faz uso da palavra:** Em relação a essa proposta de dialogar com outros Conselhos a partir de uma provocação da ARTGAY

Comentado [KG1]:

e da REDE TRANS, no CONANDA, pautamos a violação da população LGBT de jovens e adolescentes e, surgiu a criação de um GT da letalidade que elaborou aquela nota conjunta entre CONANDA e do CNCD, que foi aprovada. Eu proponho que, tanto na produção dessa cartilha quanto a ação número um no diálogo da ação conjunta com outros Conselhos, para essa pauta não ficar só nas intenções do CONANDA, comprometer mais o CONANDA e o CNCD nessa pauta. Os Conselheiros do CONANDA tem muita necessidade de subsídios para abordar esse tema e eu proponho que a Câmara Técnica faça esse diálogo com o CONANDA, **Conselheiro Zezinho faz uso da palavra:** Eu tenho duas questões. Uma é que eu não sei se chegou para a Coordenação a proposta de resolução conjunta com o CONANDA. **A Vice-Presidente Marina faz uso da palavra:** Nós estivemos na reunião com o Sub Secretário do Sistema Penitenciário do DF: eu, a Conselheira Daniele, a Conselheira Tathiane, o Michel Platini. Ele iniciou dizendo sabemos que o Sistema é um sistema muito complexo, ele deu exemplos de várias situações. Primeiro, fizemos um breve relato sobre as situações que nos foram relatadas e depois a Tathiane falou sobre Direito Humano. Ele foi bem realista. Ele nos disse, claramente, que não tem como mudar o agente daquele lugar. Explicou que se ele tirar aquele agente, em algum momento vai chegar o colega do agente e vai mandar o recado para aquela pessoa que denunciou. Depois, reivindicamos a mudança do espaço específico e ele também deixou claro que hoje, na conjuntura que está se vivendo, o sistema carcerário que seria para 1.500 homens, tem 3.400. A única coisa que ele pode dizer é que naquela ala LGBT, que é 1%, de toda a população carcerária do GDF, tem menos pessoas do que no Sistema comum que é uma cela para 8 e tem 45, lá, tem uma média de 20. Então vejam, ele disse que são andares dentro da própria cela. É preocupante, mas ele diz que ele reconhece, ele fez todo um lobby de que respeita a pauta, mas que ainda é um sistema difícil e que quando acabara obra, ele conseguira criar as alas e espaços mais apropriados. Demos exemplos que a conhecemos, de espaços que já visitamos. Mas sabe-se que há uma resistência muito grande. Argumentamos que só no presídio feminino tem menos pessoas do que vagas, mas para entrar lá tem que ser readequado. A Conselheira Daniele levantou a possibilidade de realizar a remoção dessas pessoas lá. Ele deixou claro que não concorda. Enquanto a pessoa não fizer a cirurgia, ela não é mulher. A Conselheira Tathiane explicou que, hoje, não há necessidade de cirurgia para se entender como mulher. Ela mesmo tem readequação de nome, gênero, mas não fez cirurgia. Pedimos só a remoção dos gays e das travestis daquele lugar classificado como um espaço para detentos condenados por crimes sexuais. Os gays estão no mesmo lugar dos estupradores, das pessoas que cometeram atos de violência sexual. Ele disse que reconhece a Resolução do nome social”, e, inclusive, nos parabenizou, só que é aquela coisa do Sistema mesmo. Os novos agentes que estão sendo contratados já tem a formação. O que eu vi foi um livro que eles leram com conteúdo de Direitos Humanos, não sei se na prática eles tiveram uma aula. A Conselheira Tathiane colocou que há disponibilidade dela, inclusive, ou de alguém do Conselho para fazer a formação desses agentes também. O caso emblemático da trans que está no sistema penitenciário feminino que é grave, está sendo resolvido pela juíza do Ministério Público. Eu conversei com a Akemi, Diretora da área da Defesa dos Direitos Humanos que engloba O Comitê de Combate à Tortura. Ela nos disse que podemos acionar, a partir de uma formalização da

denúncia. Michel, como Conselheiro Presidente de Direitos Humanos do DF, vai ter que fazer essa formulação. **Conselheira Danielle faz uso da palavra:** No caso, eles fizeram um projeto e não pensaram nessa reformulação de espaços seguros para a população LGBT, porque o quadro que nos foi colocado, que é a realidade no Brasil inteiro, é que, tanto as meninas trans e travestis quanto os gays acabam sendo colocados nas celas junto com os outros e eles acabam virando moeda de troca, acabam virando escravas sexuais, sendo exploradas sexualmente ou acabam virando uma empregada, uma faxineira, alguém que fica para lavar as roupas dos outros, para limpar a cela, para arrumar as coisas. Uma das coisas que nos foi demandada e que nós demandamos, foi que pudéssemos acompanhar. Eles tem uma declaração das pessoas que pedem essa proteção para que não fiquem nessa condição de exploração e de violência dentro das celas de todas as alas, em um tem dez, em outro tem 50. Eles tem esse levantamento de quantos tem em cada unidade nesse processo de violência. Dissemos que íamos oficializar, como Conselho. Demandamos que eles nos informem quantas são essas pessoas e aonde elas estão. **Vice-Presidente Marina faz uso da palavra:** O próximo passo é acionarmos o Governo do Distrito Federal ou o próprio Governador Rodrigo, ou a própria primeira dama. Ele deixou bem claro que documento, que papéis, muitas vezes, não têm efeito. Eu concordo que tem que ter formação, que tem que ter sensibilização que é importante e é estratégico. Agora, se a ordem vier de cima, ele não tem como negar. Ele mesmo disse que criou documento que as pessoas ligavam perguntando se ele estava louco, que deve ser essa Resolução, recomendando o respeito, o nome social. Eu nem lembrei do episódio dos trinta caras que pisaram em cima desse cidadão, jogaram ratos vivos para o detento ser mordido. Eu mandei um e-mail para o Ministério da Saúde, para a Doutora Adele, Diretora do Departamento de AIDS. O Ministério da Saúde não pode intervir, mas pode acionar a Secretaria de Saúde para dialogarmos sobre a saúde das pessoas que estão vivendo com HIV lá dentro, não tem insumo, não tem prevenção, não tem camisinha. Um detento disse que há oito anos é soropositivo e agora precisa tomar remédio. **Conselheira Danielle faz uso da palavra:** Eu externalizei para o Sub Secretário que é muito frustrante sairmos de uma reunião em que o Estado afirma que, mesmo tento responsabilidades sobre a integridades física, que é a vida dessas pessoas, não tem como garantir. Há pessoas no presídio correndo o risco, não só de serem agredidas mas estão correndo risco de vida porque são soropositivos e não tem nem sequer acesso a medicação e o espaço é extremamente insalubre. Além disto, a nossa população é a que mais sofre abandono da família. Faltam as coisas mínimas, as coisas básicas como sabonete, escova de dente, é o mínimo para a higiene pessoal delas. A Conselheira Tathiane já colocou a Câmara Técnica Permanente de Combate à Violência contra a População LGBT à disposição para fazer o acompanhamento desse processo em Brasília. E, nesse sentido que eu queria propor para que o acompanhamento dessa situação dos presídios não fosse feita só em Brasília, mas que a Câmara se debruçasse sobre isso para fazer o levantamento em outros estados. Nós levamos a Resolução que fala sobre a garantia, não só do nome social, mas também de não cortarem o cabelo das meninas, de ter espaço separado para que garanta a segurança delas. O que ele falou sobre coloca-las em alas separadas, elas já estão separadas e sabemos que o local que elas estão é um espaço que nos estigmatiza porque fomos colocados junto com pessoas que cometeram crimes sexuais, só que no momento

é o único espaço seguro que tem para elas, porque todos os outros estão ocupados por outras pessoas. É um lugar que tem menos superlotação, mas que automaticamente esses criminosos são colocados separados porque se eles forem misturados, eles também vão ser mortos, então é o único lugar para minimamente ter a segurança delas. Só acrescentar a observação no registro da Câmara para que seja pensada a metodologia de como é que se vai fazer esse acompanhamento. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Primeiro ficamos chocados, mas sabemos que acontece, infelizmente. Tem algumas questões, Conselheira Daniele, que talvez o Conselho devesse problematizar. Eu tenho uma tendência a desconfiar do discurso “que esse é o único lugar que tem, o único lugar que se tem para ficar seguro”, porque é muito simbólico colocar a população LGBT no mesmo lugar onde tem as pessoas que cometeram crimes sexuais. Simbolicamente, isso é perverso. Isso quer dizer que a figura é, em si, um crime, que a questão é sempre sexual. Ele mostrou esses outros lugares ou foi só uma narrativa. Eu queria perguntar se o Ministério Público já foi provocado; se não foi provocado, eu gostaria de fazer esse encaminhamento para que analisemos o encaminhamento para o Ministério Público porque isso é denúncia de maus tratos, de trabalho escravo, de abuso sexual, e de violência sexual. O encaminhamento que eu queria fazer é, para ser mais objetiva, de que possamos fazer uma nota ou que nós consigamos algum tipo de instrumento do Conselho para esta problematização, ao mesmo tempo que orientemos um documento que pudesse ser um pouco didático em torno das questões identitárias, porque pelo jeito o colega não entende das questões identitárias. Aonde está escrito que elas só pode ir para a penitenciária feminina se tiverem a cirurgia realizada? Se não está escrito e ainda tem uma indicação do Conselho nesse sentido, então é recuperar essa Resolução e perguntar de onde vem a construção dessa hipótese lógica, porque aqui não é. É importante elaborarmos esse documento; fazer uma orientação mesmo para os colegas e para as colegas do que é identidade de gênero, quais são as questões que estão relacionadas. Nesse documento fazer esses questionamentos atentando no texto para essa reflexão mais ampla do que significa alocar a população LGBT num espaço de pessoas que cometeram crimes sexuais, porque isso aprofunda ainda mais a questão para mim. Fiquei tentando encontrar uma explicação para isso e a explicação é realmente é LGBTfobia, a marginalização que a população sempre sofre nesse sentido. **Conselheira Danielle faz uso da palavra:** Em relação a essa proibitiva de transferir para o presídio feminino, eles informaram que tem uma Resolução no DF, do próprio sistema prisional, que pondera nesse sentido e conversamos com ele que tem que discutir esse tema. O Michel costuma fazer as provocações ao Ministério Público e não direto a Secretaria. Cada vez que ele faz a provocação, a Secretaria descobre e, automaticamente, ela já faz uma chamada ordem de serviço, manda para os presídios que recebem e se antecipam a decisão, quando eles sabem que vai chegar a decisão, eles já se antecipam fazendo a ordem de serviço, como se tivesse partido deles aquela alteração, como foi a questão de não cortar o cabelo das meninas e a questão do uso do nome social e da separação delas. A colocação de todas as meninas que são trans em uma cela também aconteceu dessa forma. Um dos maiores problemas é e o banho de sol, já que nestes momentos jogam todo mundo no pátio. Eles disseram que não tem como fazer horários separados, não tem como separar, porque foi o que perguntamos “Não tem como separar?” e ele falou que não e se acontece problema

na hora do banho de sol, como são muitas pessoas em um espaço muito pequeno, eles não teriam como chegar para socorrer. **Conselheiro Daniel faz uso da palavra:** Sobre esse encaminhamento da Câmara Técnica, eu acho que é importante fazer uma nota mesmo. A Conselheira Daniele sugeriu que nós colocássemos a nível nacional também. Fizesse uma nota recortando o DF, mas também desse orientações e diretrizes nacionais para que servissem para todos os presídios do Brasil. Tem a Resolução do CNCD. Vamos utilizar esse caso do DF como emblemático, mas dando diretrizes e orientações de abordagem e acolhimento a população LGBT nos presídios a nível nacional. **Conselheiro Zezinho faz uso da palavra:** deveríamos solicitar uma reunião com o Governador, ou com a primeira dama, porque eu não sei se é ela quem cuida aqui da Área Social ou não. Uma solicitação do Ministério dos Direitos Humanos ou da Diretoria para uma audiência com o Governador para tratar disso. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Conselheiro Zezinho, já encaminhando sua sugestão, pergunto a se é possível, como Conselho, solicitar essa audiência, em parceria com o Conselho de Direitos Humanos do DF, porque é bom ter o peso do Conselho Nacional LGBT em parceria com o Conselho de Direitos Humanos do DF. Poderemos fazer essa solicitação de audiência. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** Eu sei que as meninas tentaram. Mas é importante ter esses documentos. Que documento é esse que ele fala que tem? Precisamos tê-lo. Às vezes, temos que nos pautar em cima do que é concreto. Se temos o documento normativo poderemos desqualificar o argumento, ao invés de ficarmos só ouvindo “que nada pode ser feito”. Da mesma forma que os profissionais do SINEP, que se apresentaram ontem que, logo de início, já foi logo dizendo “Não, ninguém pode identificar motivação”, não pode dizer? Como assim não pode? Eles vão fazer de tudo para não se ter a oportunidade de quebrarmos com esse sistema heteronormativo e do pensamento tradicional dele. Temos que começar a nos instrumentalizarmos legalmente para isso. Outra estratégia boa é mostra-lo o quanto ele está errado, trazendo exemplos de outros presídios que já são exemplos, inclusive internacionais, ao tratamento as pessoas LGBT: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará, Piauí e o Distrito Federal não é exemplo. Outra coisa: Compartilhar a questão com a ONU, o Comitê de Tortura, que está aqui do nosso lado. Não podemos ir sozinhos, porque sozinhos eles vão nos colocar de baixo do tapete. **Conselheira Daniele faz uso da palavra:** Eu queria propor, como encaminhamento, que possamos acionar juridicamente e, eu ia pedir o auxílio do jurídico do MDH, porque a situação que nós temos é que o Estado não tem como garantir a segurança dessas pessoas e a única forma que vamos conseguir tirar essas pessoas do local será por meio de uma ordem judicial. Vai ter que ser um juiz, um desembargador para dizerem que tem que fazer o remanejamento dessas pessoas para um espaço onde elas tenham acesso a saúde, onde o espaço seja possa garantir a segurança delas. **Conselheira Mirla faz uso da palavra:** É lógico que temos responsabilidade direta pela temática que envolve a nossa Câmara. Mas entendemos que essa área é bastante complexa e, que até em nível de Conselho como um todo, nos sentimos com pouca condição de interferência, lamentavelmente. Penso que essa nota é fundamental, mas a minha fala vem no sentido de que, para além da Câmara Técnica, abrir para as pessoas já contribuírem para o processo, com todas as entidades que compõem esse Conselho. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Só por uma questão de ordem mesmo, Presidente Washington, nesse sentido precisamos elaborar essa

Comentado [KG2]:

nota junto com a OAB porque os argumentos precisam ser jurídicos. A Conselheira Jovanna acabou de dizer que sabemos que tem um Decreto no GDF. Existe toda uma questão normativa e legislativa que vamos precisar da OAB para escrever junto.

Presidente Washington faz uso da palavra: É de fundamental importância que o Conselheiro Daniel, a Conselheira Tathiane ou a Conselheira Mirla entrem em contato com o Conselheiro Rodrigo ou com a Conselheira Priscila, de imediato, e solicitar esse apoio.

Michel Platini (CNDH) faz uso da palavra: Começamos a fazer essa luta porque visitamos as unidades, vocês devem ter acompanhado por causa das doenças de pele que surgiram no Brasil inteiro, o surto que estamos vivendo aqui e eu encontrei uma travesti que estava com os cabelos raspados, com roupa de homem e que não conseguia usar o banheiro, que é a coisa mais simples que vocês podem imaginar. Ela pediu para nós que pudesse usar o banheiro. Um agente levou-a, junto com outros presos. Ela não conseguiu fazer o uso do banheiro. Começamos a fazer uma movimentação: fizemos uma representação, encaminhamos para diversos órgãos, encaminhamos alguns documentos para esse colegiado e eu até pedi para a nossa assessoria técnica reencaminhar todos os documentos em que discutimos a temática do sistema prisional para que vocês pudessem, baseado em alguns deles, terem encaminhamentos. Levei o Movimento Trans para o Ministério Público. Passamos umas três horas para a promotora, que controla a execução penal e fiscaliza os presídios, entendesse o que significa isso. No meio disso tudo, a polícia apreendeu, durante a Operação Império, 11 travestis. Eu fiz imediatamente um requerimento para que eles não raspassem o cabelo dessas mulheres travestis e transexuais. Quando eu cheguei lá, eles tinham antecipado a edição de uma ordem de serviço e, em seguida, eu fiz uma contestação dessa ordem de serviço que reconhece as transexuais, mulheres transexuais ou homens transexuais desde que já tivessem realizado uma cirurgia de resignação de sexo. Eu contestei esse documento mas ainda não foi apreciado. Comecei a acompanhar a situação dos presos GBT mais de perto. Vocês devem ter tomado conhecimento, nós recebemos uma denúncia de que os presos GBT tinham que cometer crimes para ganhar o apoio do conjunto da massa carcerária e um desses crimes era guardar estoques. Teve um preso que falou “olha, eu era obrigado a guardar estoque, que é uma faca no ânus para poder ter o convívio aqui”. Os presos GBT, de forma muito corajosa, resolveram resistir e disseram: “olha, eu não vou mais guardar a faca, não vou mais guardar nada aqui que vá ajudar ou cooperar para a manutenção do crime aqui dentro da cadeia” e eles chamaram um agente que foi para a cela e disseram: “olha vamos entregar, mostraram as facas que tinham. Estão aqui todos os estoques, nós não vamos mais guardar essas facas e precisamos do apoio do presídio”. Esse agente não acolheu a denúncia que fizeram. Resolveram resistir dentro da cela e falaram: “não vamos sair para o banho de sol” porque se fossem misturadas na massa seriam “cobradas” por terem delatados os presos que estavam querendo que eles guardassem as facas. Dentro do sistema prisional isso é um tipo de X9, é um preso que não vai mais ter convívio, porque além de não ter colaborado com a manutenção do crime, ele delatou o conjunto da massa para o presídio. Eu comecei a pressionar o sistema prisional para acelerar a saída da ala GBT, porque não há dificuldade nenhuma, eu conheço o sistema prisional e eu sei que era uma simples movimentação de pessoas. A fala do subsecretário, hoje, de que ele não ganharia mais o convívio lá, de que ele seria olhado como um preso com privilégios, fica

esvaziada na medida em que esse preso que delatou o conjunto da massa carcerária já não tem convívio. Se acontecer qualquer coisa, hoje, esses presos estão sob o risco eminente, se hoje tiver uma rebelião, os primeiros que devem morrer são esses presos, mas não é só porque eles são presos GBT, porque eles são discriminados ou porque o conjunto da massa ou os agentes são LGBTfóbicos, mas é porque agora eles são presos X9, são presos que delataram os outros internos, por isso que esse discurso de que “eu não posso fazer essa movimentação, porque essa movimentação compromete os presos diante da massa” ela é uma falácia mentirosa, por que? porque eles já estão comprometidos diante da massa carcerária. Eu comecei a pressionar para que essa ala GBT fosse colocada em um lugar que as trans já estão hoje, que tem um convívio, porque a ala é o seguinte: os presos não transitam de uma ala para outra. Se ele estiver em uma ala, ele vai ter o convívio naquela ala e a ideia que eu dei era de colocar em um só presídio porque é uma população pequena, o sistema fala de 160 presos, nós temos um outro número no Conselho porque nós fizemos um levantamento e fizemos um relatório desses números. Se colocados em uma só ala, ele só faz mudança de preso, ele tira preso de um lugar, coloca em outro, remaneja esses presos e deixam só os presos GBT nesse convívio. Defendi também que eles deslocassem as presas, as mulheres trans, para o presídio feminino com o medo e o receio deles quererem transferir os presos homens trans do presídio feminino para o presídio masculino, por isso eu tenho defendido a ala GBT, porque eu acho que ela é muito mais segura do que só fazer a movimentação das mulheres trans para o presídio feminino e os homens trans para o masculino. O presídio feminino não tem lotação, então o ideal era que houvesse uma ala GBT nele. Eu fui conversar com a diretora para convencê-la de receber essa ala e não encontrei disposição da mesma. Hoje, percebi a fala do subsecretário como sendo de pouca disposição, também. Qual a minha sugestão de encaminhamento: esse Conselho é muito importante e deve se aliar com outros organismos internacionais que defendem os direitos humanos. Nós temos um caso de uma travesti que está no presídio feminino que foi torturada por duas horas e o presídio tem a leitura de que a tortura aconteceu em decorrência da sexualidade aflorada manifestada por ela. A travesti tem esquizofrenia e ela estava dialogando com os presos da ala de ATP (ala de tratamento psiquiátrico), o vice diretor foi um dos que participou da prática e ela tem relatos muito contundentes. Depois de ser torturada tanto tempo com lesões aparentes com a detecção da própria direção, eles levaram essa presa para registrar a ocorrência, mas eles registraram a ocorrência da mordida dada pela presa em um dos agentes. A única coisa que ela pode fazer, após duas horas de tortura, foi morder um dos agentes; depois de gritar pedindo ajuda sem resposta. Então, eles registraram a ocorrência contra ela, pois o agente poderia ter sido contaminado pelo HIV, por meio da mordida. Até o retorno ao presídio, eu cheguei a falar com a juíza que respondeu: “Olha Michel, você me desculpe, mas ela colocou em risco um agente de segurança mordendo ele”, aí eu mandei para a UNAIDS, fiz questão de ligar para o Cleiton para falar: “Olha Cleiton, isso está me preocupando muito”, mandei o relatório por WhatsApp, além de ter mandando por vias oficiais, e solicitei uma posição da UNAIDS. Nós só conseguimos reconhecer o nome social e a identidade de gênero nas cadeias depois que fomos para a imprensa, depois que chamamos outros órgãos, depois que vários órgãos mandaram documento para o mesmo lugar. Vamos ter que cercar o Ministério Público, Vara de Execuções Penais, se vocês

puderem ir despachar com a juíza e dizer: “Olha chegou ao nosso conhecimento essa situação, é uma situação preocupante. Mandar um documento para dizer à juíza que vocês estão acompanhando esse caso, que membros do Conselho foram visitar as unidades conosco e estão tomando conhecimento da situação para que eles comecem a monitorar. Quando se começa a denunciar muito e a denúncia não tem repercussão e não acontece nada de concreto, a violação é redobrada, porque o agente violador acredita que nada vai acontecer; e se nada vai acontecer, ele virá com mais força, criando procedimentos como o bate cela, o bate fundo. Vocês sabem como é que funciona? O último bate fundo que eu estou denunciando do sistema prisional, eles colocavam todos os presos agachados com a mão na nuca, os agentes empurram esse preso com o pé, depois eles extraem o preso, vocês sabem o que é extração? Ele bota o mata leão, puxa o nariz do preso, joga spray de pimenta na boca e o outro agente vai dando uma pata de vaca. Alguns presos não resistem, desmaiam. Nós observamos os hematomas; mandamos para o IML e depois eles ainda dizem que é um procedimento natural, que teve que realizar o procedimento. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Já estamos tomando providências como a de publicizar esse fato, porque enquanto ele ficar omissivo, as pessoas não tem noção do que está acontecendo. A própria nota já é um momento para publicizar isso. Outro encaminhamento é essa solicitação de audiência com o Governador, o Conselho Nacional vai fazer isso. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Como nós estamos querendo fazer uma nota um pouco mais elaborada, fazer um certo estudo jurídico, eu sugiro que consigamos fazer, pelo menos hoje, uma pequena nota dizendo que recebemos uma denúncia e que estamos acompanhando, que estamos à disposição para a parceria com os sistemas, algo que diga “Estamos aqui e fomos visitar, hoje uma comissão foi visitar e que estamos fazendo um estudo”. Acho que é importante que consigamos garantir, minimamente, um certo constrangimento com a presença do Conselho Nacional, enquanto elaboramos uma nota mais robusta, mais fundamentada. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Vamos encaminhar assim, Conselheira Adrianna? A Conselheira Danielle pode começar a rabiscar essa nota? Já temos encaminhamento. Aprovamos o mérito para depois elaborarmos a nota mais robusta. Nós já aprovamos o mérito, dizendo que o CNCD/LGBT já tem ciência dos fatos relatados e está acompanhando o caso e, posteriormente, vamos sentar para poder fazer essa solicitação de audiência com o Governador. O outro encaminhamento é a elaboração da nota mais robusta, e que a Câmara Técnica de Combate à Violência contra a População LGBT, mais a Conselheira Danielle vão solicitar o apoio da OAB. **Conselheiro Emerson faz uso da palavra:** a fim de que apresente as propostas de resoluções que abrangem também a aprovação do planejamento de 2018 e a aprovação do calendário das reuniões ordinárias. São três resoluções que construímos com base nas determinações de datas, das discussões que foram trazidas para a Câmara Técnica de Legislação e Normas e também recomendadas pelo Pleno. A primeira resolução é a de número 20.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas,
Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD LGBT

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece o calendário de atividades no ano de 2018, reuniões ordinárias e extraordinárias da Mesa Diretora, Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas, assim como a Plenária do CNCD/LGBT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010; a Resolução nº 13, de 6 de março de 2015 que aprova o Regimento interno; e a deliberação qualificada do Plenário deste Conselho em sua 42ª Reunião Ordinária, considerando:

O Art 27º do Regimento Interno que versa sobre o apoio administrativo, técnico e logístico ao Plenário, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, tomando as providências necessárias para o pleno funcionamento do CNCD/LGBT;

As atribuições de fiscalização e controle das finanças públicas, em consonância com a lei de responsabilidade fiscal;

A observância dos limites orçamentários para a plena realização das atividades do CNCD/LGBT:

Que a Sociedade deve participar ativamente da avaliação e monitoramento não apenas da gestão das políticas públicas, mas da fiscalização permanente da aplicação dos recursos públicos, direitos assegurados pela Constituição Federal.

Resolve:

Art 1º Garantir as realizações das reuniões bimestrais ordinárias, extraordinárias e itinerante da Mesa Diretora, Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas, assim como a Plenária do CNCD LGBT no ano de 2018, conforme o calendário previsto a seguir:

Natureza	Mês	Datas
1º Reunião Ordinária	Fevereiro	20, 21 e 22
Atividades no Fórum Social Mundial	Março	15, 16 e 17
2º Reunião Ordinária	Abril	17, 18 e 19
Reunião Extraordinária/Atividades	Maio	14, 15, 16, 17 e 18
3º Reunião Ordinária	Junho	19, 20 e 21
4º Reunião Ordinária Itinerante	Agosto	22, 23 e 24
5º Reunião Ordinária	Outubro	24, 25 e 26
Reunião Extraordinária	Novembro	21, 22 e 23
6º Reunião Ordinária	Dezembro	18, 19 e 20

Parágrafo único: As datas da reunião itinerante poderão ser modificadas tendo em vista a agenda do estado que irá sediar.

Art 2º Garantir a realização de outras atividades emergenciais conforme o Artigo 1 da Resolução Nº 19/2017 do CNCD/LGBT, sempre que necessário.

Art. 3º As reuniões da Mesa Diretora devem obrigatoriamente ser realizadas um dia antes das reuniões das Câmaras Técnicas e do Pleno do CNCD/LGBT.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS

Presidente do CNCD/LGBT

Presidente Washington faz uso da palavra: Primeiro, vamos aprovar os artigos e, depois, veremos as possíveis divergências no calendário. **Conselheiro Fábio faz uso da palavra:** Uma coisa é a questão de gramática. No cabeçalho deveria colocar 2018, porque fala do calendário. Eu sinto falta também de colocar as datas e amarrá-las principalmente as reuniões ordinárias com algumas outras reuniões que vão acontecer, como é o caso das reuniões do GT que vai precisar estar no calendário e aí não está. Precisamos também prever as reuniões extraordinárias, então eu não sei se valeria a pena colocar a data já específica, porque vão ocorrer, pelo menos, duas (02) reuniões extraordinárias, como está no Regimento Interno. Penso na ideia de colocarmos: “Tendo a possibilidade de haver reuniões extraordinárias definidas em Pleno”. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Na mesma linha do Fábio, não em relação a reuniões, mas se houver alguma pertinência de reuniões de Câmara Técnica ou desse GT, visitas, talvez um artigo que fale: “De acordo com a necessidade deste Conselho, poderão ocorrer solicitações de participações em encontros ou de reuniões de Câmaras Técnicas a serem resolvidas”. No sentido de esclarecer de que calendário oficial do CNCD/LGBT, mas que durante o decorrer do ano, podem acontecer necessidades de reuniões de GT ou de Câmara Técnica, de visitas, de missões, talvez uma linha que deixe explícito que isso faz parte da dinâmica do Conselho e que isso poderá ser deliberado. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Poderemos reaproveitar alguns artigos da Resolução 18 na reunião passada que fala das atividades que temos que acompanhar: “Considerando o artigo primeiro da resolução número 19 de 30 de novembro do CNCD poderão ser realizadas outras atividades emergenciais sempre que necessário, de acordo com o artigo 33 do Regimento Interno do CNCD” ou “Garantir a realização de outras atividades emergenciais, conforme o artigo...” Então aprovado os artigos. Vamos as datas, a primeira reunião ordinária em Fevereiro 20, 21 e 22. Está aprovada a primeira reunião ordinária 20, 21 e 22 de fevereiro. Lembrando que a reunião da mesa diretora é dia 19 e da comissão pré-conferência que também já está amarrado isso aí na Resolução. O artigo a seguir diz que as reuniões da mesa diretora obrigatoriamente devem ser realizadas um dia antes. Março, 15, 16 e 17, atividades no Fórum Social Mundial, isso aí já foi aprovado. Segunda Reunião Ordinária em Abril 25, 26 e 27. Maio: Pode ser 17, 18 e 19? A de maio também já está aprovada. Junho 13, 14 e 15. Conselheira Tathiane tem um destaque. Você sugere que data? dia 17 de maio é dia Internacional de Combate a LGBTFobia e pensamos, desde o ano passado, fazer uma semana de atividades, uma semana de combate a LGBTFobia no Brasil e justamente aproveitar esse 17 de maio. Nós vamos estar em Brasília para realizar o Fórum Interconselhos LGBT. Então, teríamos dois dias de reunião, um dia fórum LGBT e dia 18 uma realização da atividade do Conselho na OAB por conta do marco da data 17. **Conselheira Mirla faz uso da palavra:** Eu pensei o contrário,

na verdade quando eu penso essas datas que são calendários de lutas dos movimentos a importância de nós não estarmos reunião e podendo estar tocando as atividades nos nossos Estados, porque a maioria de nós tem militância para além de sermos Conselheiros. Eu acho ruim pessoas que estão vinculadas ao Conselho estarem ausentes de atividades nas respectivas cidades e estados, em relação ao próprio dia. Além disso, especificamente no dia 15 de maio, é o dia da assistente social e nós, tanto eu quanto Liliane certamente também estaremos envolvidas em atividades nos nossos estados. Eu sou do Conselho Regional de Serviço Social também. **Conselheiro Zezinho faz uso da palavra:** O Conselho, nos anos anteriores, com exceção desse que fizemos um esforço tremendo, foi muito cobrado pela ausência nas atividades chamadas pelo Congresso Nacional, porque tem na Câmara alguns deputados que realizam, depois tem o da Câmara dos Deputados, depois tem o do Senado. Tem o Seminário do Congresso, realizado pelo Deputado Jean Willys. **Presidente Washington faz uso da palavra:** 19, 20 e 21 de junho. Agosto será a reunião ordinária itinerante, agosto 22, 23 e 24, podemos avançar de agosto? Aprovado? As possibilidades são: Primeiro possibilidade Mato Grosso, segunda possibilidade é Alagoas. **Conselheiro Fábio faz uso da palavra:** Eu queria só fazer um destaque, talvez até mesmo acrescentar um novo artigo dentro da resolução. Nós colocamos uma data fixa para uma reunião itinerante. Só que, pelo menos, da experiência do ano passado, nós tivemos que acordar com o estado. Vamos dizer que será em Mato Grosso e se eles disserem que não tem agenda para essa data. Valeria colocar itinerante com data ou deixar a data para depois. Inserir um artigo dizendo que em alguma dessas reuniões as datas podem ser alteradas, ou então a itinerante pode ser alterada. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Colocamos, então, um quarto artigo. Um parágrafo único: "A reunião itinerante pode ser modificada de acordo com a disponibilidade do Estado". Outubro 24, 25 e 26. Novembro, como temos direito a duas reuniões extraordinárias, a nossa Câmara técnica propôs realizarmos nesse mês e sugeri 21, 22, e o tema seria pensando nas interseccionalidades de raça, gênero, classe, identidade e orientação, já que as extraordinárias tem temas definidos. **Conselheira Mirla faz uso da palavra:** Novembro também dia 25 é o Dia Mundial de Combate a Violência contra a Mulher, então, poderíamos pensar algumas coisas específicas também para as mulheres lésbicas e mulheres trans, negras, pensar essas especificidades das mulheres. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** A nossa Câmara tinha sugerido que em novembro fosse 28, 29 e 30 por conta do Congresso da ABEH que a temática é exatamente diversidade sexual, gênero e raça interseccionalizando essas questões, será em Fortaleza, foi uma das coisas que foi colocado na Câmara. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Poderemos dialogar, mas já tem uma reunião itinerante que é dentro daqueles critérios que foram pré-estabelecidos relativos as prevalências das violências que estão em níveis mais alarmantes. Agora, poderemos tentar ver a possibilidade de um um convite prévio da ABEH. Poderemos, assim, levar alguns membros, porque temos a Resolução 19, que também trata da participação do CNCD/LGBT em atividades, além das reuniões do Pleno. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** Eu acho que podemos tentar ajustar as datas para 28,29 e 30. Poderemos buscar parcerias e, depois, no decorrer do ano inteiro, conseguir esses apoios, conseguir passagem para possibilitar que seja no Ceará. Seria um momento importante, vem pesquisadores que temos interesse em ouvir. **Conselheiro Émerson faz uso da palavra:** Considerando que é possível apenas uma reunião itinerante em um ano, e tendo em vista a importância do evento da ABEH, poderíamos fazer um indicativo de colocar no calendário. Sendo bem realista, eu acho difícil o Governo financiar duas reuniões itinerantes em um ano, de um mês para o outro. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Poderemos até colocar no

calendário essas atividades da ABEH, mas buscar parcerias. Poderíamos, via Conselho ou até via ABEH, viabilizar a ida de Conselheiros e Conselheiras para a atividade 28, 29 e 30, mas precisamos garantir essa reunião extraordinária. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** Primeiro, poderíamos levantar recursos. Nós temos que apresentar o que queremos e os parceiros vão dizer se tem condição ou não tem; e se eles disserem que não tem, buscaremos outras possibilidades. A temática é do interesse nacional e, é um grande evento internacional e também de visibilidade para o Conselho. Temos o caso Dandara que repercutiu no mundo inteiro, sobre a violência contra as pessoas LGBT no Brasil, caso emblemático que chegou na ONU. Vamos estar também com a Deputada Luizianne Lins que tem um projeto de lei e pretende dialogar conosco. O Estado do Ceará tem maior número de assassinatos de LGBT, segundo dados que estou levantando, em Fortaleza. Tem a coordenadoria LGBT e tem Conselho de Fortaleza. **Conselheiro Emerson faz uso da palavra:** Uma proposta, Conselheira Luma, se conseguirmos colocar no Congresso da ABEH uma atividade temática com a Mesa Diretora do CNCD? Porque nós teríamos no Congresso cinco Conselheiros, mais você seis. Teria uma representatividade. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Fica acordado assim 28, 29 e 30. Vamos tentar articular para levar a mesa diretora. Agora, Conselheira Luma, eu acho importante que se a ABEH já envie o convite. **Conselheiro Felipe faz uso da palavra:** A proposta aqui da companheira da REDE TRANS é que dezembro fosse negociado 17, 18 e 19, porque tem um conflito de agenda, se os companheiros não tiverem nenhum prejuízo na agenda, estamos sugerindo 17, 18 e 19. **Conselheira Keila Simpson faz uso da palavra:** Eu concordo, mas já dialogando com a proposta da companheira, podemos tentar 17, 18 e 19 fica tranquilo. Dá tempo dos companheiros da mesa diretora que tiverem ido para ABEH prestarem conta e ter tempo hábil para emitir as passagens para a última reunião ordinária no período, aí eu acho que fica legal e não tem nenhum problema. 17, 18 e 19 de dezembro. 18, 19 e 20, é isso. **Presidente Washington faz uso da palavra:** Aprovada a resolução número 20. **Conselheiro Emerson apresenta a Resolução Nº 21:**

Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD LGBT

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece a criação do Grupo de Trabalho Comunicação na estrutura do CNCD LGBT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010; a Resolução nº 13, de 6 de março de 2015 que aprova o Regimento interno; e a deliberação qualificada do Plenário deste Conselho em sua 42ª Reunião Ordinária, considerando:

A importância da publicização e da visibilidade das discussões realizadas no âmbito do CNCD/LGBT;

A necessidade da ampliação da comunicação interna e externa do CNCD/LGBT;

Que a Sociedade tem o direito de acompanhar os trabalhos realizados nas esferas de controle social;

O artigo 5º do Regimento Interno do CNCD/LGBT que dispõe sobre a sua organização.

Resolve:

Art 1º Criar o Grupo de Trabalho Comunicação, composto por 6 integrantes, respeitando a paridade entre Sociedade Civil e Governo.

Art 2º O Grupo de Trabalho Comunicação terá por objetivos propor estratégias de comunicação interna e elaborar mecanismos de publicização e divulgação externa das atividades do CNCD/LGBT

Art 3º O Grupo de Trabalho Comunicação terá o prazo de funcionamento de 12 meses.

Art 4º Deverá ser publicada uma Portaria de Nomeação indicando os integrantes do Grupo de Trabalho Comunicação e seu respectivo Plano de Trabalho.

Art 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS

Presidente do CNCD/LGBT

Conselheiro Émerson (ARTGAY JOVEM) faz uso da palavra: Eu queria me inscrever no sentido de que temos que deliberar quem vai compor esse Grupo de Trabalho, inclusive porque do jeito que está a redação, na portaria que for publicado a nomeação, também deverá ser publicado o plano de trabalho do Grupo, inclusive o regimento prevê que esse grupo tem que ter plano de trabalho. **Presidente Washington (REDE AFRO):** Resolução Nº 21 aprovada. Para concluir e finalizarmos, a Resolução 22 que trata do comitê da Conferência. **Conselheiro Émerson (ARTGAY JOVEM) faz a leitura da proposta de Resolução.**

Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD LGBT

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece a criação, no âmbito do CNCD/LGBT do Comitê Pró 4º Conferência Nacional LGBT, a ser realizada até o mês de dezembro do ano de 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, tendo em vista os princípios da Participação e do Controle Social na Constituição Federal de 1988; o disposto no Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010; a Resolução nº 13, de 6 de

março de 2015 que aprova o Regimento interno; e a deliberação qualificada do Plenário deste Conselho em sua 42ª Reunião Ordinária, considerando:

A importância da realização periódica das Conferências Nacionais LGBT, com vistas a promoção dos processos de participação e controle social pela sociedade civil;

A necessidade de monitoramento das propostas aprovadas na 3ª Conferência Nacional LGBT, realizada em abril de 2016;

Resolve:

Art 1º Criar o Comitê Pró 4ª Conferência Nacional LGBT no âmbito do CNCD/LGBT, composto pela Mesa Diretora e mais três Conselheiros Governamentais, respeitando assim a paridade entre Sociedade Civil e Governo.

Art 2º Deverá ser publicada uma Portaria de Nomeação indicando os integrantes do referido Comitê Pró 4ª Conferência Nacional LGBT.

Art 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS

Presidente do CNCD/LGBT

Presidente Washington faz uso da palavra: Resolução Aprovada. **Conselheiro Felipe (ARTGAY) faz uso da palavra:** Acessei um companheiro nosso que é designer e nós fizemos mais esse exercício entre a Sociedade Civil nos últimos dias e chegou esse resultado. Eu apresentei o Conselho, a Portaria e o Decreto, e ele chegou nesse layout, nessa identidade visual.



Presidente Washington faz uso da palavra: Nós já ouvimos os membros da Sociedade Civil, mas necessariamente seria importante ouvir os Conselheiros de Governo. **Conselheira Adrianna faz uso da palavra:** Nós também circulamos no grupo e a maioria das pessoas se manifestou a favor. **Presidente Washington faz uso da palavra:** está aprovada a arte. Se não há mais considerações por parte deste Conselho, finalizamos a 42ª Reunião do Pleno do CNCD/LGBT.